

**Corte, poder e utopia: O *Relox de Príncipes* (1529)
de Fr. Antonio de Guevara e a sua fortuna na Europa do século XVI**

Ana Isabel Buescu
Universidade Nova de Lisboa

A ficção do imperador no *Libro Áureo de Marco Aurelio* (1528)

Em Valladolid era publicado, em 1529, o *Libro llamado Relox de Príncipes*, da autoria de fr. Antonio de Guevara, iniciando-se “[...] la más fantástica carrera y reputación literaria del siglo XVI, tanto dentro como fuera de España [...]” (Márquez Villanueva e Redondo 173).¹ A história do *Relox de Príncipes* encontra-se intimamente ligada à edição, cerca de um ano antes, em Sevilha, nos prelos de Jacobo Cromberger, sem nome de autor, do *Libro Áureo de Marco Aurelio*, também da autoria de Guevara. Com efeito, a parte mais importante desta obra impressa em 1528 viria a integrar a publicação “oficial” de 1529, facto que originaria uma persistente confusão entre ambas, até porque aquela que pode considerar-se a versão primitiva, o *Libro Áureo*, apesar do aparente repúdio do autor, continuaria a ser objecto de sucessivas edições autónomas.² Isso mesmo dizia expressamente Antonio de Guevara no prólogo do *Relox de Príncipes*, sustentando que a impressão do *Marco Aurelio* fora feita sem seu consentimento. Após referir que, a pedido do imperador, que se encontrava doente na altura, lhe oferecera o manuscrito, incompleto, do *Libro Áureo*, Guevara afirmava a sua mágoa por, sem poder controlar esse processo, o manuscrito ter sido copiado e recopiado na corte pelas mais diversas mãos, e progressivamente adulterado, publicando-se uma versão na qual ele próprio não se reconhecia.³ É hoje

¹ O título desta primeira edição, que convém referir integralmente em virtude das muitas variações a que foi sujeito, é o seguinte: *Libro Llamado Relox de Príncipes enel qual va Encorporado el Muy Famoso Libro de Marco Aurelio: Auctor de vn Libro y del Otro: que es el Muy Reuerêdo Padre fray Antonio de Guevara Predicador y Coronista de su Magestad: y Agora Nueuamête Electo en obispo de Guadix el Auctor Auisa al Lector: que Lea Primero los Prologos: si Querê Entêder los Libros*. Desta primeira edição, raríssima, existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Res. 294 A, que consultámos, e que pertenceu, segundo anotação manuscrita, à “Livreria cômua da Carthuxa de Évora”. No fim (fol. CCCXIX^o): “Liuro da Cartuxa de scala coeli de que o illm^o e rm^o Sñor D.Theotonio de Bargaça [sic] [1578-1602] Arcebispo de Euora fundador da mesma casa lhe fes doação”.

² Sobre as circunstâncias de gestação do *Libro Áureo de Marco Aurelio* (1528) e do *Relox de Príncipes* (1529), e as relações entre ambas as obras, v., por todos, Redondo, III, cap.IX, 465-522.

³ Diz Guevara, a propósito: “Añadiendo error sobre error, ya que yo andaua al cabo de mi obra, y queria publicarla, remanece Marco Aurelio impreso en Seuilla, y en este caso yo pongo por juezes a todos los lectores entre mi, y los impressores, para que vean, si cabia en ley, ni justicia, vn libro que estaua a la Imperial Magestad dedicado, era el Autor niño, estaua imperfecto, no venia corregido, que osasse ninguno imprimirlo, ni publicarlo. [...]. En esto [na edição de 1529] veràn que Marco Aurelio no estaua corregido, pues aora se le damos muy castigado. En esto veràn que no estaua acabado, pues aora sale perfecto. En esto veràn, que le falta mucho, pues aora le veràn añadido. En esto veràn, que no fue mi

um facto assente entre os críticos guevarianos que, à semelhança de outros aspectos que envolvem a obra do franciscano, como veremos, também esta versão acerca do que se terá passado com o manuscrito e a edição “não autorizada” de um “incompleto” *Libro Áureo* são uma construção de Guevara, num processo em que é evidente o fascínio e o mimetismo perante o que –aqui genuinamente– se passara com o original do *Libro del Cortegiano* de Baldassar Castiglione (Márquez Villanueva 96-99; Castiglione, “dedicatória a D. Miguel da Silva, Bispo de Viseu, ed. Pons).

Consistia o *Libro Áureo de Marco Aurelio*, obra em que Guevara, como ele próprio testemunhava (*RP* 17v) começara a trabalhar em 1518, na vida romanceada do imperador-filósofo, erigido como modelo do príncipe virtuoso: “No digo que sigamos a este Principe en los ritos gentilicos, sino en los actos virtuosos, no nos atengamos a lo que él creia, sino abracemonos com lo bueno que hazia [...]” (*RP* 12v-13). A figura de Marco Aurélio era, neste sentido, explicitamente proposta por Guevara como modelo a Carlos V, jovem rei de Espanha e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. A obra de Guevara nada tinha a ver, no entanto, com o então praticamente desconhecido imperador Marco Aurélio (121-80 d.C.), figura histórica que a Europa culta viria a redescobrir alguns anos mais tarde. Como faz notar René Costes, “c’est en 1558 que Guillaume Xylander publia, d’après un manuscrit de la Palatine de Heidelberg et sur l’indication du bibliophile Conrad Gessner, le recueil authentique des Pensées de Marc-Aurèle” (Costes 41). Com efeito, o *Libro Áureo* constituía, no seu conjunto, uma *efabulação* a que Guevara dava foros de verosimilhança, ao apontar como fonte “histórica” principal um precioso códice da biblioteca de Cosme de Médicis em Florença (Redondo 1976, 473), em que se teria baseado para contar a vida daquele imperador romano. Essa e outras “fontes” eram, na realidade, invenção de Guevara, e como foi já definitivamente demonstrado,⁴ as obras em que de facto se

principal intento de traduzir a Marco Aurelio, sino hazer vn relox de Principes, por el qual se guiasse todo el pueblo Christiano”. *Libro Avreo del Gran Emperador Marco Avrelio, con el Relox de Príncipes. Compvesto por el muy Reverendo, y magnifico señor Don Antonio de Guevara, Obispo de Guadix, Predicador, y Coronista del Señor Emperador Carlos Quinto*, Madrid, 1658, *Prologo General*, 17v-18. Todas as citações serão feitas a partir desta edição, que denominaremos *Relox de Príncipes* (=RP), para estabelecer a necessária distinção com o *Libro Áureo de Marco Aurélio* propriamente dito.

⁴ Por Costes, autor do único estudo de conjunto sobre a figura e a obra de Antonio de Guevara até surgir, já nos anos setenta do século XX, a obra de Augustin Redondo, que confirma a análise de Costes: “Comme fray Antonio l’indiquera lui-même [RP 17], les sources anciennes qu’il put mettre à contribution étaient réduites et de faible extension: essentiellement Eutrope, Hérodien, et deux historiens de l’*Historia Augusta*: Aelius Lampridius et Julius Capitolinus. En réalité, ce premier apportait fort peu de renseignement, le deuxième et le troisième ne se réfèrent à Marc Aurèle qu’indirectement, dans la mesure où il était le père et le prédécesseur de Commode, sur qui ils écrivaient; le quatrième était vraiment le seul qui fournissait des matériaux plus abondants, encore qu’en nombre limité.[...] La voie était ainsi ouverte à une reconstruction de la vie de Marc Aurèle et Guevara allait laisser son imagination se mettre à l’ouvrage. Il savait que l’empereur-philosophe avait écrit en grec et qu’à l’usage de son fils il avait rédigé lui-même sa biographie, dont le manuscrit avait disparu. Fray Antonio semble avoir eu l’idée de faire croire qu’il avait retrouvé certains textes de Marc-Aurèle” (Redondo 1976, 471-72). Já em 1916 Ricardo Jorge fala na “fraude documental” de Guevara (Jorge 39).

baseou reduzem-se a alguns textos de autores latinos menores, perfeitamente identificados; tudo o resto, desde autores, a obras, deuses, datas e situações, era adaptado, forjado, ou inventado por Guevara.⁵ Veremos adiante o alcance e o significado que a estratégia criadora de Guevara viria a ter na apreciação crítica da sua obra.

O *Libro Áureo* compreendia, pois, uma “biografia” de Marco Aurélio, construída nos moldes que enunciámos, seguida de um conjunto de cartas, apócrifas, “trocadas” entre o imperador Marco Aurélio e a sua mulher Faustina, onde se comentavam as incidências da governação, mas também os pequenos-grandes nadas do quotidiano da corte, e ainda algumas cartas de natureza mais íntima a algumas cortesãs. A figura do imperador romano, tal como era reconstruída e imaginada por Guevara, surgia assim na dupla dimensão de monarca virtuoso, e portanto exemplar, mas também na sua componente humana e complexidade psicológica, com ênfase para aspectos de natureza mais privada e pessoal, como a sua vida afectiva e familiar. Esta última vertente revestia-se de extrema originalidade, e, como já foi observado, colocou Guevara em plano de destaque na codificação da *novela* como género literário e mesmo do romance moderno (Márquez Villanueva e Redondo 176-77); contribuiu, por outro lado, para o extraordinário êxito da obra, ao tornar o imperador uma figura cuja espessura psicológica o retirava do universo longínquo de quem governa para o colocar no mesmo patamar de humanidade dos seus leitores e ouvintes (Redondo 1976, 477-98).

O carácter porventura demasiado vivo e realista de algumas das cartas íntimas atribuídas a Marco Aurélio que se seguiam à “biografia”, revelou-se decisivo para construir o sucesso da edição de 1528, como já havia acontecido quando se multiplicaram as cópias manuscritas que circularam na corte do imperador, avidamente lidas pelos cortesãos, como se queixava o próprio Guevara; essas cartas apócrifas foram retiradas por Guevara da edição “oficial” de 1529, continuando contudo a surgir, em apêndice, em edições posteriores, de certa maneira por imposição de um público conquistado pela enleante prosa do franciscano. Seria a edição portuguesa de 1529 a estabelecer essa estrutura, doravante adoptada –como é o caso da edição seiscentista do *Relox de Príncipes* de que nos servimos– que refere explicitamente incluir “añadidas ciertas cartas del Emperador Marco Aurelio, que se quitaron en otras Impresiones, que se hizieron antes desta” (RP 19).

⁵ Veja-se, pelo carácter de síntese que reveste, a apreciação crítica de Menéndez y Pelayo sobre Guevara: “Todos los libros profanos de fray Antonio de Guevara, sin excepción alguna, están llenos de citas falsas, de autores imaginarios, de personajes fabulosos, de leyes apócrifas, de anécdotas de pura invención y de embrollos cronológicos y geográficos que pasman y confunden. Aun la poca verdad que contienen está entretrejida de tal modo con la mentira que cuesta trabajo discernirla. Tenía, sin duda el ingeniosísimo fraile una vasta y confusa lectura de todos los autores latinos y griegos que hasta entonces se habían traducido, y todo ello lo baraja con las invenciones de su propia fantasía, que era tan viva, ardiente y amena. Lo que no sabe lo inventa; lo que encuentra incompleto lo suple, y es capaz de relatarnos las conversaciones de tres famosas cortesanas, Laida, Lamia y Flora, como si las hubiese conocido” (Menéndez y Pelayo II 114).

Um discurso para o príncipe

Se, ainda que de modo não demasiado explícito ou sistemático, o *Libro Áureo*, pelo estatuto modelar que nele assumia a figura do governante possuidor de múltiplas virtudes, se filiava na ampla tradição dos tratados para a educação dos príncipes, de que na Antiguidade o exemplo maior fora a *Ciropedia* de Xenofonte, o *Relox de Príncipes*, por seu turno, incorporando o exemplo de Marco Aurélio, instaurava-se de forma inequívoca como uma obra de teor normativo no que respeita à figura do príncipe, estabelecendo os passos necessários à sua formação virtuosa, para um dia bem governar a república: “[...] no es mi fin –afirmava Guevara no Prologo– dezir en este libro a los Principes, y grandes Señores que tales son, sino amonestarles que tales deuen ser [...]” (RP 2v).

A essa intenção didáctica era de imediato conferido por Guevara um propósito moral, ao justificar, no respectivo *Prologo*, o título escolhido. O relógio, simbolicamente associado às virtudes da prudência e da temperança (Lecoq 117 e 503 e Gallego 263-66), era aqui apresentado por Guevara como a quinta invenção que a Antiguidade aceitara pacífica e unanimemente (sendo as outras a vida em comunidade, o alfabeto, as leis e os barbeiros) (RP 7v-9).⁶ Augustin Redondo –que coloca também, com verosimilhança, a hipótese de essa escolha se relacionar com o reconhecido gosto do imperador Carlos V pelos relógios (Redondo 1976, 530)– enfatiza aquela dimensão moral que, em sua opinião, preside à opção do franciscano, considerando, contra a opinião de Maravall,⁷ que ela não reveste em Guevara o valor “político-mecânico” que viria a assumir, ainda no século XVI, na representação da ordenação do Estado e da sociedade (Redondo 1976, 529-30).

Esse teor essencialmente moral que pretendeu imprimir ao *Relox de Príncipes* conduziu Guevara a situar de forma explícita a finalidade da sua obra em contraposição à literatura de prazer e frivolidade constituída pelos livros de cavalaria,

⁶ E acrescenta Guevara: “La ocasion de contar estas cinco antiguedades en este preambulo, no ha sido sino por dar cuenta q fue mi fin de llamar Relox de Principes a este mi libro, porque siendo como es la denominaciõ del libro tan nueuo, razon seria que la doctrina fuesse muy estimada [...]. Este relox de Principes no es de arena, ni es de Sol, ni es de horas, ni es de agua, sino es relox de vida; porque los otros relojes siruen para saber que hora es de dia, mas este nos enseña como nos hemos de ocupar cada hora, y como hemos de encaminar, y ordenar la vida” (RP 9).

⁷ “Esta visión de la política estatal renacentista ha impuesto a quienes se han ocupado de ella la imagen del reloj: el mundo aparece concebido como una maquinaria, como un aparato de relojería que lleva su propio movimiento, si bien necesita con frecuencia la experts intervención del relojero para rectificarlo. [...] lo interesante es observar que la imagen del reloj está ya, desde fines del XV, circulando en las letras europeas y pasa a aplicarse en especial al Estado, bajo la imagen de éste que se forja en el Renacimiento. [...] el título de “Relox de príncipes”, que Guevara populariza, nos tae un eco de la misma idea en el plano de la politica [...]” (Maravall 1986, 57).

que condena de modo liminar,⁸ crítica que retomaria no *Aviso de Privados*, publicado em 1539:

O quan desuiada esta oy la republica de lo que aqui escriuimos y aconsejamos, pues vemos, que ya no se ocupan los hombres sino en leer libros que affrenta nombralos, como son, Amadis de Gaula, Tristan de Leonis, Primaleon, Carcel de amor, y a Celestina [...]. (Guevara 1657 3v-4)

Posição idêntica à assumida em Portugal, para apontar exemplos coevos de Guevara, por fr. António de Beja na sua *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*, publicada em 1525 por ocasião do casamento do rei D. João III com Catarina de Áustria, irmã do imperador (Beja 1965), ou por Francisco de Monçon, teólogo e capelão de D. João III, principalmente no *Libro Primero del Espejo dla Princesa Christiana* (TT, ms Livraria 616 c.1543 II cap. 8). Este era um conselho com que pedagogos e conselheiros de príncipes não deixavam de advertir os seus pupilos –Filipe de la Torre, por exemplo, autor de um dos três tratados sobre a realeza e o ofício do bom príncipe surgidos no início do reinado de Filipe II, em capítulo intitulado “Qué libros han de leer los Reyes y Señores”, não deixava, na sua contundência, espaço para qualquer dúvida:

[...] los libros que están escritos de amores, y los que llaman de Cavallerías, no solamente los huyan los Reyes y Señores, y todos, finalmente, pero aun com edicto público prohiban su lección a todos [...] porque corrompen a los buenos ingenios y los llevan hechizados en sus vanidades, destruyen las buenas costumbres, y encienden y hazen abrasar a los que las leen en abominables pecados.⁹

Esta atitude condenatória, que chocava com a real fortuna dos livros de cavalarias, intensamente lidos e apreciados, tornou-se um lugar-comum da literatura moral e

⁸ Na sequência da referência aos relógios, Guevara afirma: “Con mucha razon son de loar los Principes de España, los caualleros de España, los pueblos de España, los ingenios de España, las aguas de España, y su fertilidad: mas junto con esto maldigo, y reniego de muchos vulgares libros que ay en España, los quales como vnos relojes quebrados merecian echarse en el fuego para ser otra vez hundidos. No sin causa digo, q muchos libros merecian ser rotos, ò quemados: porque ya tan sin verguença, y tan sin conciencia se componen oy libros de amores del mundo, como si enseñassem a menospreciar el mundo. Compassion es de ver los días, y las noches que consumen muchos en leer libros vanos, es a saber, a Amadis, a Primaleon, a Duarte, a Lucenda, a Calíxto: con la doctrina de los quales osaré dezir que no pasan tiempo, sino que pierden el tiempo, porque alli no dependen como se han de apartar de los vicios, sino que primores ternan para ser mas viciosos” (RP 9).

⁹ Torre (1556), ed. Truman, cap. 4, 30. Os outros autores são Sebastián Fox Morcillo, *De Regno Regisque Institutione* (1556) e Fadrique Furió Ceriol, *El Concejo y Consejeros del Príncipe* (1559). Todas estas obras foram publicadas em Antuérpia.

religiosa no século XVI, e, ultrapassando essa esfera, culminaria, no âmbito da ficção cervantina, na loucura do *Quixote* (Castro 1972, 60-61).

Como observa Bataillon, é possível encontrar, de Vives a Cervantes, uma série quase ininterrupta de declarações hostis à literatura de cavalaria, tanto em livros religiosos como profanos, muitas vezes em confronto com os livros considerados proveitosos. A crítica dos romances de cavalaria ultrapassava mesmo a própria esfera dessa literatura moralizante, para assumir um alcance sociologicamente mais lato, como se pode inferir do facto de nas cortes de 1555, realizadas em Valladolid, ter sido expressamente pedida pelos povos a proibição do *Amadis de Gaula* (1508) e de outras obras afins, consideradas como literatura mentirosa e vã (Bataillon 1979, 622-23 e Redondo 1976, 529). E no entanto, acrescenta Redondo,

[...] l'attitude de Guevara ne manque pas d'être piquante si l'on se rappelle que la fiction du *Marco Aurelio*, et par la suite du *Relox* en partie, évoque celle des romans de chevalerie et que les lettres de l'empereur romain à Macrina et à Libia révèlent la connaissance directe qu'avait notre frère mineur de *La Celestina* et du *Tratado [de amores de Arnalte y Lucenda]* de Diego de San Pedro. Toutefois, ces lettres ne seront pas reprises par fray Antonio dans le *Relox de Príncipes*.

Esta proximidade não escapou à acribia de alguns humanistas, como sucedeu com o erasmista Alonso García Matamoros que, no âmbito de uma crítica de carácter geral à obra de Guevara, destacava os seus arrevezamentos de estilo, que considerava herdeiros directos do *Amadis* e do *Esplandian* (Bataillon 1979, 696).

O *Relox de Príncipes*, cuja finalidade expressa era a de conduzir Carlos V –a quem era dedicado o livro– a comportar-se como um verdadeiro monarca católico e a bem governar a república, dividia-se em três partes, que pretendiam estabelecer o quadro dos deveres do príncipe, a quem pertencia, afinal, o estatuto mais singular de todos os homens:

Pues el estado de los Principes es mayor que todos, puede mas que todos, tiene mas que todos, y al fin dél procede la governacion de todos, necessario es que la casa, y la persona, y aun la vida del Principe sea ordenada, y corregida mas que la de todos, porque assi como con vna vara mide el mercader toda su ropa, assi con la vida del Principe se mide toda la Republica. (RP 2v)

A sua ordenação segundo uma estrutura tripartida,¹⁰ de acordo com o esquema inaugurado por Sedúlio de Liège no século IX (Born) e definitivamente consagrado

¹⁰ “Este relox de Principes se diuide en tres libros. En el primero se trata que le Principe sea buen Christiano. En el segundo como el Principe se ha de auer con su muger y hijos: En el tercero, como ha de goouernar su persona, y Republica” (RP 18).

por Egídio Romano no seu *De Regimine Principum* (c.1287), foi com frequência adoptada nestes tratados, e não constitui, pois, novidade. De resto, uma análise comparativa da estrutura de ambos os tratados deixa entrever a proximidade registada entre o *Relox* e a obra de Egídio Romano ou, com maior propriedade, a adaptação que dela fez García de Castrojeriz, que, mais do que o texto original de Egídio Romano, influenciou a literatura didáctico-política castelhana.¹¹

Vejamos, de forma breve, em que consiste tal estrutura. A primeira parte da obra diz respeito às virtudes e à conduta cristã que devem nortear o príncipe, questão que, como já foi várias vezes sublinhado, assume uma importância e uma extensão que singulariza o *Relox* num quadro comparativo com outras obras de teor idêntico: “The point is repeatedly made by all the mirror-for-princes writers, but nowhere more strongly or at a greater length than in Guevara’s Dial of Princes” (Skinner 231). A segunda parte incide sobre a conduta do príncipe no quadro da família, ou seja, para com a mulher e os filhos. Contemplando-se, como ponto de partida, as excelências do matrimónio que, no caso dos príncipes, constitui uma necessidade da república (L.II, cap.I) e tem, portanto, um inequívoco e central significado político, enumeram-se as virtudes que devem ter as princesas e mulheres nobres, dando-se um realce quase insólito a aspectos muito concretos como os cuidados a ter com a gravidez (cap.IX-X) e a alimentação ao peito, defendendo Guevara de modo enérgico a amamentação materna (cap.XVIII-XIX), no que não se afastava daquele que era então já o discurso dominante entre humanistas e moralistas cristãos; são ainda focados temas como a criação dos filhos dos príncipes e grandes senhores pelas amas (cap.XXVII) e pelosaios (cap.XXXII), que devem ser cuidadosamente escolhidos (cap. XXXIV), a educação a ministrar às crianças poraios e mestres (cap.XXXVI-XXXVIII), a responsabilidade dos mestres pela conduta das crianças e o afastamento dos vícios (XXXIX-XL). Finalmente, a terceira e última parte incide sobre o governo de si próprio como indivíduo, e o governo da república. Aqui se enumeram as virtudes que o príncipe deve observar no exercício da governação, em que avulta, naturalmente, a dimensão nuclear da justiça –virtude central da realeza– questão hiperbolizada pelo célebre episódio do “vilão do Danúbio” (cap. III-V), a que nos referiremos; mas também as virtudes a observar na dimensão privada da sua própria pessoa, evitando todo o género de vícios, como a avareza (cap.XXIII) e os prazeres mundanos (cap.LXXXIX), observando temperança no comer, sobriedade no beber, honestidade no vestir e no falar (cap. XVIII) e tendo sempre presente a sua condição humana, e portanto mortal (cap. XLVIII e seguintes). Guevara afirma ter previsto um quarto livro sobre as relações do príncipe com a sua corte e casa, que não chegou a realizar:

¹¹ Rubio 645-67. Redondo 1976, 531. A versão castelhana da obra de Egídio Romano foi feita, de acordo com o respectivo prólogo, c. 1345, para a instrução do príncipe Pedro, futuro Pedro “O Cruel” (1350-69), por “frey Johan García de Castro Xeres”, e seria impressa em Sevilha em 1494. O trabalho de Castrojeriz consistia em duas partes distintas: uma tradução literal do tratado de Egídio Romano, e glosas e comentários da autoria do tradutor. Sears, 4, nota 12. A *Glosa Castellana al 'Regimiento de Príncipes' de Egídio Romano* foi modernamente editada por Perez 1947 (2ª ed. 2005).

Començado tenia otro de como se auia de auer el Principe en su Corte, e casa, sino que la sobrada importunidad de los amigos, para que sacasse esto a luz me hizieron suspender la pluma. (RP 18)¹²

A reflexão sobre o Império

O alcance político e ideológico do *Relox de Príncipes* ultrapassa, sem dúvida, e largamente, o quadro da representação do príncipe ideal, tal como era entendido, nas suas principais linhas, desde a época medieval, e a dimensão tendencialmente abstracta que lhe subjaz, para se inscrever de modo decisivo nas realidades políticas da época, incorporando-as e reflectindo-as no próprio discurso (Redondo 1976, 610-94). Ou, como sintetiza de modo certo Davide Bigalli, na ficção cenográfica de um império romano recriado projectavam-se, de modo flagrante, as inquietações e as tensões da Espanha de Carlos V (Bigalli). Não deixa de ser interessante verificar como já no início do século XVII, um atento leitor português de Guevara, Francisco Rodrigues Lobo, discorria assim, a propósito, na *Corte na Aldeia* (1619): “D. António de Guevara, em nome de um Emperador Romano, escreveu o que ele queria dizer em Espanha” (*Corte na Aldeia*, “Diálogo I”, 18-19). Esta dupla dimensão do *Relox* como texto de corte e político torna-se mais nítida se tivermos em conta o percurso e a relação de Guevara com a corte e o imperador.

Em 1529, data da publicação em Valladolid do *Relox de Príncipes*, dedicado a Carlos V, o estatuto de Guevara na corte, em virtude do prestígio de que gozava junto do imperador, era indiscutível. Oriundo de uma família nobre, mas descendente de um ramo secundário –e de uma mãe *conversa* (Márquez Villanueva 27-28)– Guevara frequentara na sua juventude a corte dos Reis Católicos, provavelmente a partir de 1492, por influências familiares, na expectativa de uma possível carreira oficial, que não viria a concretizar-se. A alteração da conjuntura devida à morte de D. João, príncipe das Astúrias, em 1497, e da rainha Isabel a Católica no final de 1504, lançando Castela e toda a Espanha num período de grande incerteza política, inviabilizou essas expectativas, e levou Guevara a optar pela carreira eclesiástica, ingressando, em 1507, na Ordem de S. Francisco.¹³ Augustin Redondo considera que a verdadeira causa para a perda de valimento do jovem Guevara na corte foi a inesperada morte, em 1506, de Filipe o Belo, marido da nova e frágil rainha de Castela, Joana a Louca, uma vez que os Guevara se haviam mostrado fervorosos

¹² V., a respeito deste quarto livro, Redondo 1976, 531 e 575-76; Redondo 1990, 77 e 83-84.

¹³ Afirma Guevara numa outra obra de sua autoria, que referiremos adiante: “A mí, serenísimo príncipe, me trujo don Beltrán de Guevara mi padre de doce años a la corte de los reyes católicos, vuestros abuelos y mis señores, a do me crié, crecí y viví algunos tiempos, más acompañado de vicios que no de cuidados [...]. Ya que el príncipe don Juan murió y la reina doña Isabel falleció, plugo a nuestro Señor sacarme de los vicios del mundo y ponerme religioso franciscano [...]” (*Menosprecio de Corte, Prólogo* a D. João III, 106).

partidários do ramo flamengo, caído em desgraça após a morte do efémero Filipe I de Espanha (Redondo 1976, 93-94; Márquez-Villanueva 28; Fernández Alvarez 2002).

Pouco se sabe sobre a vida monástica de Guevara até 1521, mas a fama de que desfrutou como pregador bem como, depois de um difuso momento em que pendeu para as razões *comuneras*, tal como a ordem franciscana no seu conjunto (Márquez Villanueva 32-33 e 76), a actuação que teve a favor do monarca no conflito das *Comunidades* de Castela (1520-22), e ainda a possível influência de parentes bem colocados junto do jovem e recém-chegado imperador –o seu primo Pedro de Guevara era capelão do soberano (Redondo 1976, 493) e o seu irmão Fernando membro destacado do Conselho imperial (Marquez Villanueva 29)– fizeram com que Carlos V o nomeasse, em 1523, pregador da sua capela. Este facto marca o início da ascensão oficial de Guevara, mas também da sua fama entre os cortesãos, que se acotovelavam na capela imperial para escutarem a sua poderosa oratória, o que talvez ajude também a entender o fulgurante sucesso das primeiras obras que escreveu (Marquez Villanueva 29-30). Foi então encarregado de missões importantes pelo imperador, entre outras, como inquisidor do Santo Ofício, empenhando-se na conversão dos mouriscos de Valencia e Granada, e participando, em 1527, na assembleia de Valladolid, encarregada de avaliar a ortodoxia de Erasmo, onde evidenciou um claro alinhamento pelos sectores se mostraram hostis ao humanista de Roterdão (Bataillon 245 e Maravall 1960, 189). Viajou por várias cortes em Itália, França e Inglaterra, servindo Carlos V.¹⁴ Em 1526 obtivera o cargo, sucedendo a Pedro Mártir de Anglería, de cronista oficial de Carlos V, de cuja actividade não parecem restar senão indícios, em 1529 foi nomeado bispo de Guadix e, em 1536, após regressar de Tunes, onde acompanhou Carlos V na vitoriosa empresa contra o Turco, bispo de Mondoñedo –diocese de fracas rendas, como a anterior– onde passou a residir, embora não deixasse de frequentar a corte, até à sua morte, ocorrida em 1545 (Redondo 1976, 10-150).

É pois neste quadro de proximidade e de valimento junto do soberano, a partir de 1523, que deve ser situado, por um lado, o início da notoriedade do *Libro Áureo*, cujo manuscrito o imperador conhecia, por iniciativa do próprio Guevara, pelo menos desde 1524,¹⁵ e que circulou largamente na corte, como sucedia com muitas outras obras manuscritas, e, por outro, a publicação do *Relox de Príncipes*, cuja intenção didáctica tinha no seu horizonte a figura do jovem imperador. Obras suas posteriores, particularmente o *El Aviso de Privados y Doctrina de Cortesanos* e o célebre *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, publicadas em 1539, reflectem ambas de forma lapidar, ainda que de modos bem diversos e até opostos, a vivência concreta e a reflexão de quem conheceu por dentro os meandros da corte, base experiencial que é,

¹⁴ Viagens a que alude com algum pormenor, por exemplo, no “Prologo” do *Menosprecio de Corte*.

¹⁵ “Yo començé a entender en esta obra en el año de mil quinientos e dez y ocho, y hasta el año de veinte y quatro ninguno alcançò en que yo estaua ocupado, luego el siguiente año de veinte y quatro, como el libro que tenia yo muy secreto estuuiesse diuulgado, estando su Magestad malo de la quartana me le pidió para passar tiempo, y aliuaiar su calentura” (*RP*, 17v).

de resto, explicitamente reivindicada por Guevara.¹⁶ De um Guevara que, note-se, conheceu e admirou, como muitos, a começar pelo próprio imperador, a singular figura de Baldassar Castiglione († 1529), a quem couberam, entre 1524 e 1529, num conturbado período que culminou com o saque de Roma em 1527, as delicadas funções de nuncio do papa Clemente VII junto de Carlos V. Em 1528, Castiglione publicava a sua obra maior, *Il Libro del Cortegiano*, texto central da literatura áulica europeia, cujas várias versões foram sendo compostas entre 1516 e 1524, e de que a partir de 1520 começaram a circular cópias manuscritas em abundância, facto que, comprovadamente, precipitou a decisão de Castiglione em fazer imprimir o seu texto.

Se é pouco provável que Guevara tivesse tido conhecimento da obra de Castiglione quando o *Libro Áureo de Marco Aurelio* foi impresso em 1528, já o mesmo não se pode dizer quando publicou, no ano seguinte, o *Relox*, em que a presença tutelar de Castiglione se fez sentir, como vimos, na “efabulação” sobre a edição não autorizada de 1528, e muito menos em 1539, *annus mirabilis* da produção escrita de Guevara, quando a obra de Castiglione era intensamente lida em Espanha, quer na sua versão italiana, quer através da celebrada tradução de Boscán, publicada em 1534 (Márquez Villanueva 94-99). A centralidade do tema áulico em Guevara articula, pois, esses dois elementos “arquitectónicos” –um percurso de vida indelevelmente marcado, para o bem e para o mal, pela corte e, como para tantos outros autores da literatura europeia dos séculos XVI e XVII, o irrepetível e irradiante modelo da cortesia de Castiglione (Castiglione, ed. Pons), nem que fosse para, em tantos aspectos, dele indiscutivelmente se afastar.¹⁷

Mas, como dizíamos, a intenção didáctica do *Relox*, em cuja estrutura se evidencia a presença da tradicional literatura dos *specula principis*, é acompanhada de preocupações ligadas ao contexto e à conjuntura sócio-política da Espanha do seu tempo. A revolta das *Comunidades* de Castela, por muitos historiadores considerada como a primeira revolução moderna da história europeia e que, apesar da sua brevidade, marcou de forma profunda o destino da Espanha (Maravall 1963 Pérez 1970 e Pérez 2001), na qual Guevara se viu contraditoriamente envolvido, torna-se um dos vectores da reflexão guevariana sobre as estruturas do poder político, o papel e as funções do governante nas relações que deve estabelecer com os seus súbditos, os

¹⁶ Dirigindo-se a D.João III, afirma: “En estos tiempos pasados vi la corte del emperador Maximiliano, la del Papa, la del rey de Francia, la del rey de romanos, la del rey de Inglaterra, y vi las Señorías de Venecia, de Génova y de Florencia, y vi los Estados y casa de los príncipes y potentados de Italia; en todas las cuales cortes vi grandes cosas que notar y otras dignas de contar. He dado esta cuenta a Vuestra Alteza, muy alto príncipe, para que sepáis que todo lo que dijere en este vuestro libro esto vuestro siervo no lo ha soñado ni aun preguntado, sino que lo vio con sus ojos, paseó con sus pies, tocó con sus manos y aún lloró en su corazón, por manera que le han de creer como a hombre que vio lo que escribe y experimentó lo que dice”. *Menosprecio de Corte* 107-08.

¹⁷ Sobre o tema da corte e as relações e distâncias entre o *Menosprecio* de Guevara e *Il Cortegiano* de Castiglione, v. Márquez Villanueva, sobretudo 100-70. A corte em Guevara não é um modelo ideal, mas um lugar de contradições e contrastes, onde se mostra, afinal, a humanidade daqueles que vivem na corte, lugar do poder, da abundância e do fausto, mas sempre incerto, precário, mesquinho e sombrio.

problemas ligados à justiça, à paz e à guerra, questões que revestem uma dimensão fundamental na economia do *Relox de Príncipes* (Redondo 1976, 526). A sua reflexão sobre a guerra, entroncando numa especulação de carácter teórico, assumia, naqueles anos conturbados, uma feição de extrema actualidade por um feixe complexo de múltiplos acontecimentos à escala peninsular e europeia –a violência da revolta dos *comuneros* no coração de Espanha, fazendo vacilar o recente poder de um jovem rei e imperador, bem como o problema religioso, que era também uma questão social e política, envolvendo judeus, *conversos* e mouros; uma Europa que, no final dos anos vinte, não conhecia a paz entre os monarcas cristãos, assistindo ao prolongado conflito entre os Harburgos, agora também reis de Espanha, e os Valois, pela supremacia política no continente; uma Cristandade que se estilhaçava com a Reforma luterana e que assistira, entre aterrada e perplexa, ao saque de Roma pelas tropas imperiais em 1527, confrontando-se, simultaneamente, com o perigo do poderio turco, que avançava a Leste e crescia no Mediterrâneo (Margolin, Sallmann, Fernández Alvarez 2003).

Na posição de Guevara sobre o problema da guerra, que condena de forma quase liminar, deixando apenas em aberto a legitimidade da guerra defensiva (*RP* 224-35), é possível detectar traços pacifistas, que o aproximam de Erasmo, Vives ou de Thomas More (Redondo 1976, 649-58; Bigalli 238-43); radical é, contudo, a sua condenação da guerra de conquista, facto que, reflectindo porventura o entrecruzar de opiniões sobre o “império universal” preconizado por Gattinara e a sua condenação (Redondo 1976, 587-90; Maravall 1960, 97; Menendez Pidal 331-37), claramente se articula com a realidade sua contemporânea da conquista da América. O justamente célebre discurso do “vilão do Danúbio” (Liv. III, cap. III-V 207-12v) surge como uma parábola da polémica em torno da legitimidade do domínio das Américas, e da colonização realizada pelos Espanhóis (Redondo 1976, 649-90; Pagden). Através da metáfora do rústico Mileno que se dirige ao Senado romano denunciando as injustiças, iniquidades e horrores praticados por Roma na conquista da Germânia –e que corporizava na realidade, afinal, o índio escravizado das Américas–, Guevara exprime não só uma radical condenação da guerra de conquista¹⁸ como, através da figura idealizada do índio, se aproximava da corrente de pensamento de Bartolomé de Las Casas, situando-se, deste modo, na origem do mito do *bom selvagem*, tópico que teria

¹⁸ Vejam-se, por exemplo, as seguintes passagens: “Grande es vuestra gloria, ò Romanos por las vitorias que aueis auido, y por los triúfos que de muchos Reynos aueis triunfado, pero mayor será vuestra infamia en los siglos aduenideros por las crueldades que aueis hecho, por que hos hago saber sino lo sabeis, que al tiêpo que vos tornares van delâte los carros triunfales diziêdo, viua, viua la inuencible Roma por otra parte los pobre catiuos van en sus coraçones diziendo a los dioses, justicia, justicia. [...] Ha sido tan grande uestra codicia de tomar bienes agenos, y fue tan desordenada uestra soberua de mandar en tierras estrañas, que ni la mar vos pudo valer en sus abismos, ni la tierra vos pudo assegurar en sus campos. [...] Allà en mi tierra de Germania tenemos por infalible regla, que el hombre que toma por fuerça lo ageno, pierde el derecho que tiene a lo suyo propio” (*RP* 207v-08). Todo o discurso de vilão perante o Senado, que se prolonga por três capítulos, reveste um carácter identicamente incisivo.

uma fortuna extraordinária no pensamento político e na literatura europeias (Redondo 1976, Tabanera, Rallo Gruss 133-38).

Essa inscrição no real por parte de Guevara, através da crítica veemente à colonização do Novo Mundo, tinha como contraponto uma evidente dimensão utópica corporizada na nostalgia de uma Idade de Ouro perdida, nebulosa e longínqua “*hedad dorada*” em que os homens teriam vivido, como o índio que então se confrontava com a conquista, em plena paz e harmonia.¹⁹

O *Relox de Príncipes* : trajectórias e fortuna

A fortuna não só em Espanha, mas em toda a Europa, no século XVI e mesmo no século XVII, do *Libro Áureo de Marco Aurelio* e do *Relox de Príncipes*, ancorada também nos inegáveis progressos de uma alfabetização que criava novos públicos leitores e uma cada vez mais intensa circulação do livro impresso revelar-se-ia, como afirmámos no início, um fenómeno editorial de proporções extraordinárias, para o qual é difícil encontrar paralelo. Se é evidente exagero afirmar, num quadro comparativo, que só a *Bíblia* teve maior número de edições (Grey IX), o facto é que a difusão de ambas as obras de Guevara atingiu uma expressão singularíssima. Assim, por exemplo, no que diz respeito ao *Libro Áureo*, podem referenciar-se vinte e uma edições em castelhano, para o período entre 1528 e 1550, se bem que haja indícios de que este número possa ainda ter sido superior (Redondo 1976, 522). Se se tiver em conta o número de edições, não só em castelhano, mas das respectivas traduções em francês, italiano ou inglês, verifica-se que as edições conhecidas até 1663 ultrapassam a centena (Canedo, Grendler).

Os números relativos ao *Relox* são igualmente significativos, ultrapassando também a centena o número das suas edições nas várias línguas europeias. Entre 1529 e 1550 houve pelos menos onze edições em castelhano, das quais oito entre 1529 e 1534. Até 1698 o número total de edições em castelhano foi de dezanove. Lino Canedo contabiliza ainda dez edições em alemão (1574-1665), uma edição em arménio (1738), quarenta e três edições em francês (1540-1608), três edições em holandês (1617-18), duas em húngaro (1610-1628), seis em inglês (1557-1919), das quais quatro entre 1557 e 1589, onze edições latinas (1601-1746), uma edição em polaco (1773) (Canedo 472-503). Também em Portugal as obras de Antonio de Guevara conheceram assinalável fortuna, com destaque para a edição de Lisboa do *Relox*, em língua castelhana, ocorrida em Lisboa por ordem de D. João III quase em simultâneo com a primeira edição castelhana (Buescu 1996, 181-90). A extraordinária ressonância europeia do *Libro Áureo* e do *Relox de Príncipes* durante sensivelmente século e meio, de que a referida circulação impressa é indiscutível testemunho, deu

¹⁹ V. particularmente a análise de Maravall 1960, 183-205, e Maravall 1982. O mito da “*hedad dorada*” é, aliás, central na construção guevariana: *RP*, Liv. I, cap. XXXI. Sobre a presença do mito da Idade do Ouro na sua obra, v. Redondo, 580-81; Bigalli, 256-80. Um ponto da situação sobre alguns dos estudos mais importantes relativos ao mito da Idade de Ouro pode ver-se em Scaglione 406, nota 7.

lugar, a partir da centúria de Setecentos, a uma progressiva perda de audiência que relegou o seu autor para um plano de relativa obscuridade, que se prolongaria até ao século XX. Tal facto, até pelo contraste com a anterior fortuna literária dos seus escritos, não deixa de ser uma questão cultural e sociologicamente interessante, que tem interessado alguma crítica histórica e literária. Vejamos um pouco este aspecto.

A indiscutível fortuna de um Guevara intensamente lido e apreciado, porventura o autor mais lido do seu tempo, tanto dentro como fora de Espanha (Márquez Villanueva 19) constituiu, para a crítica que Augustin Redondo considera herdeira do espírito positivista, maximamente representada por Morel-Fatio e Maria Rosa Lida de Malkiel, um contra-senso, instaurando a perplexidade. Com efeito, os pressupostos que orientaram a apreciação crítica que aqueles estudiosos fizeram dos escritos de Guevara, ao denunciarem o carácter efabulatório das suas obras pretensamente “históricas”, a inexactidão das suas fontes, o artificialismo do seu estilo ou o carácter sincrético da sua erudição, confluíram para uma condenação quase liminar do valor do conjunto da produção guevariana, para já não falar da personalidade do próprio Guevara, que desta forma se perfilava como símbolo da impostura e da inautenticidade (Redondo 1976, 9-12). Assim sendo, o sucesso que na época rodeara a obra de Guevara só podia radicar num gigantesco equívoco ou, como defendeu Lida de Malkiel, no “espírito medieval” e anacrónico que, apesar da “roupagem” pretensamente classicizante, a caracterizaria, e que continuava a encontrar um eco considerável na época em que Guevara escreveu (Lida de Malkiel; Bigalli 223-26).

O posicionamento crítico destes eruditos perante a produção guevariana radica, fundamentalmente, no mesmo conjunto de razões das reservas que os círculos humanistas seus contemporâneos manifestaram perante a sua obra. As *Cartas Censorias* (1549) que Pedro de Rhua, modesto humanista de Soria, enviara a Antonio de Guevara, traziam até este o protesto do rigor filológico e histórico, que estavam na base da cultura humanista, perante o sincretismo, a falta de rigor, a contaminação entre história, fábula e invenção em que se alicerçava a construção guevariana. Também Paulo Jovio se escandalizava com o latim de Guevara, admirando-se como o imperador pudera escolher como cronista alguém a quem faltavam, manifestamente, tão decisivos atributos (Márquez Villanueva 24). A rejeição e mesmo a hostilidade dos humanistas em relação a Guevara é sublinhada por Marcel Bataillon:

Demasiado poco se ha dicho –afirma– hasta que punto es ajeno Guevara a la corriente erasmiana, apesar de las coincidencias de detalle que son inevitables dada la multitud de los asuntos que trata. Su Marco Aurelio, en todo caso, resulta una buena piedra de toque. Es, para los erasmistas, el prototipo de la literatura mentirosa. Ni Juan de Valdès ni Vives le conceden el honor de nombrarlo, en una época en que hace furor lo mismo en España que en Francia. Pero qué rayo de luz cuando leemos este breve postscriptum en una carta de Alfonso de Valdès a Dantisco: “Nuestro

amigo Suárez te manda saludar tantas veces como mentiras hay en el Marco Aurélio.²⁰

A severidade da crítica que referimos pode ser vista, numa perspectiva diversa, como a outra face da reatualização do interesse da crítica contemporânea por Guevara, cuja figura e obra foram objecto de uma série de estudos que clarificaram pontos obscuros da sua biografia e da sua produção literária. Entre eles destaca-se a obra, inacabada, de René Costes, primeiro trabalho de conjunto sobre a sua vida e obra, e estudos de autores que pretendem evidenciar aspectos e questões específicas, que seriam retomadas por Redondo, sobre, nomeadamente, o alcance e o ascendente das concepções guevarianas no pensamento político e no processo de “hispanização” da política de Carlos V, como é o caso de Menendez Pidal (331-37), Americo Castro (1957), ou José Antonio Maravall (1960).

Foi contudo Augustin Redondo que veio recolocar no seu todo e em termos inovadores a figura de Guevara, operando a superação de uma série de ideias feitas não só sobre a dimensão humana, como sobre a obra, o alcance e a influência política do pensamento do franciscano. Esta reavaliação toma precisamente como um dos seus pontos de partida –aquele que aqui sobretudo nos interessa– a perplexidade devida ao contraste entre o extraordinário sucesso que na época, e mesmo depois, a sua obra suscitara, e a desvalorização que posteriormente a envolveu. O inquérito de Redondo orienta-se, pois, entre outras direcções, no sentido de averiguar os parâmetros que condicionaram o sucesso da obra de Guevara no seu tempo, superando a projecção de uma leitura anacrónica para lhe restituir o *sentido literal* que o autor lhe conferiu, e os *códigos de leitura* a partir dos quais foi lida e apreciada na época.²¹

O imediato sucesso do *Libro Áureo de Marco Aurelio* junto do público cortesão ao qual, para além do imperador, esta obra se destinava radica, como sublinha Redondo, na própria temática versada, de feição caracterizadamente aristocrática. Assim, o universo do imperador romano, a corte, os círculos e pessoas que o rodeavam, as celebrações, cerimónias e distrações, códigos de conduta e comportamentos, para lá da dimensão humana que presidia à “reconstituição” psicológica e moral da sua figura como indivíduo, evocavam poderosamente e sugeriam uma analogia imediata com o universo da aristocracia que rodeava Carlos V, proporcionando um processo de identificação por parte dos cortesãos (Redondo 1976, 496-97).

²⁰ Bataillon 1979, 620 e ainda 696. V. também Grey, especialmente o cap. II, “Guevara and the Humanists”, 23-51.

²¹ “Au-delà des jugements et des goûts actuels, il était primordial pour nous d'essayer de lire les traités du frère mineur comme avait pu les lire le public auquel ils étaient destinés, dans leur circonstance, de retrouver “le sens littéral intentionnel que l'auteur plus ou moins heureusement avait voulu communiquer à son lecteur” [Marcel Bataillon, *Défence et Illustration du Sens Littéral*, 3. Cf. aussi ce qu'écrit A. Rumeau (*Le Lazarillo de Tormes*, 37-38): “Nous voudrions remonter plus haut que Morel-Fatio, pour atteindre, dans la mesure du possible (...) le *Lazarillo* tel qu'il fut conçu, pensé, écrit et lu. Revenir au pont de départ, c'est proprement être révolutionnaire”]. Redondo 1976, 11.

O êxito das obras de Guevara, em particular do *Libro Áureo* e do *Relox de Príncipes* depressa ultrapassou os círculos mais restritos a que primitivamente haviam sido destinadas e ganhou uma dimensão europeia –os próprios *curricula* escolares de finais do século XVI em Itália e não só, incluíam o *Libro Áureo de Marco Aurelio* (Grendler 300)–, difusão que deve ser vista, fundamentalmente, em função dos valores e das formas culturais que veiculava: a feição moralizante, em que se tornava óbvia a articulação entre a lição do moralismo antigo e o cristianismo, polarizada em torno da figura do imperador-filósofo Marco Aurélio, cuja proximidade com o estoicismo de Séneca se tornava flagrante na obra de Guevara (Blüher 284-98); a vertente didáctica e normativa que se entrelaçava com a expressão de um cristianismo difuso (Redondo 1976, 497); a profusão de sentenças e exemplos, condicionando a feição de um discurso de carácter miscelânico, tão ao gosto da época,²² sustentado por uma língua poderosa e enleante, que faz de Guevara, aos olhos da crítica contemporânea, um dos mestres do idioma castelhano (Márquez Villanueva 11); a indiscutível dimensão lúdica, de entretenimento e portanto de evasão, de que se revestia (Redondo 1976, 534; Márquez Villanueva e Redondo 175-78); finalmente, a matriz classicizante, ou pseudo-classicizante, respondia ao revivalismo que, em termos de um público progressivamente mais lato, se deixava deslumbrar não por uma Antiguidade rigorosamente restituída –que ocupava os humanistas– mas, acima de tudo, *evocadora*.

Utilizando processos de apropriação da cultura clássica nos quais já foi vista a marca da utopia.²³ Guevara respondia, de modo adequado, a essa aspiração; a sua estratégia criadora pretendia dar conta não da *verdade histórica*, mas de situações

²² É, com efeito, assinalável no século XVI a popularidade da chamada literatura apotegmática que, inscrevendo-se na tradição clássica cujo paradigma é Plutarco, autor das célebres *Vidas Paralelas*, *Obras Morais e Apotegmas* (de longe o autor mais citado por Guevara, segundo Redondo 1976: 545-546, e nota 126) e continuando, de certo modo, a tradição medieval de recolha de ditos e sentenças de sábios e filósofos, exerce também uma poderosa atracção sobre os humanistas, como é o caso do próprio Erasmo, autor dos *Apophthegmata* (1531).V. Bataillon 1979, 622-28, Rallo Gruss, “Introducción” a *Menosprecio de Corte*, 48-49, e 63-64 e o estudo circunstanciado de. Blecua.

²³ É esse o sentido da reflexão de Maravall acerca da presença da cultura antiga em Guevara, superando as leituras tradicionais sobre as inexactidões do franciscano, e anunciando, de certa forma, a interpretação de Redondo: “[...] cuando Guevara habla de los antiguos, no quiere referirse a la Antigüedad clásica, como los humanistas italianizantes. Puede ser que al mencionar el ejemplo de alguna buena ley o de algún personaje digno de imitación, hable de los griegos o de los romanos; pero unos y otros son para él unos pueblos antiguos, como tantos más. Esos antiguos son, en su pensamiento, gentes de un pasado impreciso, que nunca se detendrá a determinar con exactitud, y a los cuales atribuye una conducta o un modo de pensar paradigmático. Es más, dada esa falta de rigor histórico con que los menciona, los “antiguos” no son nunca exactamente unos u otros pueblos que hayan existido o por lo menos tal como han existido; son simplemente los que no existen, los que sólo aparecen en una lejanía irreal. Antiguos son, para Guevara, pese a las denominaciones históricas de que se sirve, los que no están en ningún lugar, esto es, los utópicos. La referencia a los antiguos es, por excelencia, el elemento utópico del pensamiento de Guevara, y por eso para él carece de sentido exigir al mencionarlos una exactitud histórica. Si él emplea nombres históricos, reales, es tan sólo como un elemento literario de su construcción utópica, de la misma manera que en el Quijote se usan nombres geográficos reales también” (Maravall 1960, 185-86).

verosímeis, construídas com recurso à história ou, perante o seu silêncio, à imaginação ou a processos de efabulação. Não distinguindo entre uma e outra, mas fazendo ambas participar de uma construção totalizante, Guevara chamou a si, simultaneamente, as reservas dos humanistas, um público ávido de *histórias*, e um papel de destaque na gestação não só da novela espanhola do século XVI, mas também do romance moderno (Márquez Villanueva e Redondo) A generalidade dos críticos que se ocuparam da obra de Guevara, como Costes, Redondo ou Jones consideram que a presença de tipos e personagens na obra guevariana anuncia e prefigura, de forma inequívoca, a novela picaresca espanhola (Rallo Gruss, ed. do *Menosprecio de Corte...*, 208, nota 18), com a qual manteve um diálogo próximo, bem como com Montaigne e Cervantes, “ninguno de los cuales hubieran sido sin él [Guevara] lo que fueron (Márquez Villanueva 14).

A obra de Fray Antonio de Guevara em Portugal

O *Relox de Príncipes*, obra cujo percurso, significado e alcance procurámos estabelecer nos seus aspectos mais relevantes, teve, como dissemos, a sua primeira edição em Valladolid, onde acabou de se imprimir a 8 de Abril de 1529 (Lino Canedo nº 103, 474-76). A 13 de Setembro desse mesmo ano, saía dos prelos de Germão Galharde, em Lisboa, impressão para a qual o livreiro alemão Frederico Loner obtivera privilégio de D. João III,²⁴ aquela que é considerada a segunda edição da obra de Guevara que, apresentando algumas modificações relativamente à edição de Valladolid, constituiria, doravante, a matriz do *Relox de Príncipes*.

Com efeito, a edição de Lisboa apresenta a particularidade de constituir, como observa Redondo, o “segundo estado” do texto da obra de Guevara, incluindo, aparentemente à revelia do autor, as famosas cartas de amor de Marco Aurélio, que Guevara retirara da edição “oficial” de 1529, feita em Valladolid, além de sete outros capítulos igualmente suprimidos. Por outro lado, o próprio título da obra se alterava, não tornando a surgir de forma autónoma o título de *Libro Llamado Relox de Príncipes*, mas sim *Libro del Eloquentíssimo Emperador Marco Aurelio con el Relox de Príncipes*, o que favoreceria a frequente confusão entre ambas as obras.²⁵ O único exemplar conhecido foi, durante muito tempo, o da Biblioteca Nacional de España (cota: R 13 544), que consultámos.²⁶ Ainda em 1926, o erudito António Joaquim

²⁴ “Fue impresso por mandado del muy alto y potentíssimo Rey y señor nuestro don Juan tercero deste nombre en la muy nombrada ciudad de Lisboa por Germán Gallart impressor, a costa e impensas del honrado varón Federique Loner, mercader alemán. Al qual hizo su real alteza merced de cédula de privilegio [...]” (Cólofon, fol.CCLXXXII).

²⁵ O título completo da edição de Lisboa é *Libro del Eloquentíssimo Emperador Marco Aurelio, con el Relox de Príncipes. Van mas que en los Pasados Añadidas Nueue Cartas, y Siete Capítulos, no de Menor Estilo y Altas Sentencias que todo en el Contenido*. Lisboa, Germão Galharde, 1529.

²⁶ A razão para a consulta do exemplar da BNE reside no facto de, quando pela primeira vez contactámos e estudámos a obra de Guevara, esta raríssima edição feita em Lisboa não existir na Biblioteca Nacional de Portugal. V. nota seguinte.

Anselmo fazia a respectiva descrição “por uns apontamentos manuscritos da B.N. de Lisboa que por sua vez a transcreveram dum Catalogue de livres anciens de Maisonneuve, Paris, 1866 (nº2853)”, descrição feita, portanto, na ausência de qualquer exemplar desta edição raríssima (Anselmo nº 581 Redondo 573 Canedo nºs 103, 104 e 105, 474-77), de que hoje a Biblioteca Nacional de Portugal possui um exemplar (BNP, Res. 3959 V). O *Libro del Eloquentissimo Emperador Marco Aurelio com el Relox de Príncipes* deu entrada nos fundos da Biblioteca Nacional de Portugal, por compra.²⁷ Este exemplar ostenta na folha de guarda um *ex-libris* pertencente a Joaquin de Arteaga Lazcano, Marquês de Santillana Valmediano Y Ariza, XVII Duque de Infantado, Almirante de Aragão. Ao contrário do exemplar da BNE, o rosto do exemplar da BNP está bastante maltratado e reconstituído manualmente, em particular a sua margem direita, de alto a baixo, em que existia uma bordadura idêntica à da margem esquerda, agora com tracejado a pena; do mesmo modo, foi reconstituída a bordadura do escudo com as armas portuguesas, em que estão figurados 8 castelos e não 7, como seria correcto; finalmente, há indícios também de reconstituição do próprio título, a vermelho.

Mas para além da edição do *Relox* em Lisboa, quase simultânea com a edição de Valladolid, a presença de Guevara em Portugal suscita ainda algumas considerações relativas ao *Libro Áureo de Marco Aurélio*, que teve, como dissemos, a sua primeira edição em 1528, em Sevilha, onde foi publicado, sem nome de autor, por Jacobo Cromberger. Há, de facto, a hipótese de ter existido uma edição do *Libro Áureo* em Lisboa, ainda em 1528, hoje desconhecida. Ela é, aliás, atestada pelo próprio Guevara, que no *Prologo* do *Relox* se lhe refere em termos explícitos,²⁸ existindo ainda o testemunho do Padre Flórez, que no tomo XVIII da sua *España Sagrada* (1764) afirma ter presente um exemplar da edição de Lisboa de 1528.²⁹ A autoridade de ambos os testemunhos levam o P. Canedo a considerar como insofismável a existência de tal edição, apesar de não se conhecer qualquer exemplar, incluindo-a no seu catálogo das edições de Guevara (Canedo nº 2 451).

É questão que, julgamos, merece alguma atenção. Augustin Redondo afasta de forma categórica a hipótese sustentada por Amalio Huarte para explicar a utilização do chamado *caracter manuelino* na edição sevilhana do *Libro Áureo* de Cromberger. Em síntese, a utilização do *caracter manuelino* na edição de Cromberger levava Huarte a

²⁷ Segundo informações prestadas pelo Serviço de Aquisições da BNP, o registo de compra –305939– data de 30 de Janeiro de 1997 e não é possível determinar a quem foi adquirido. Agradecemos à BNP estas informações acerca da obra em causa.

²⁸ Após referir, em termos críticos, a edição de Sevilha de 1528, aparentemente feita à sua revelia, como já referimos, Guevara afirma: “No parando en esto el negocio [a edição de Sevilha], imprimieronlo otra vez en Portugal, y luego en los Reynos de Aragon [ed. de Valencia, 1528], y si fue viciosa la impresion primera, no por cierto lo fueron menos la segunda, y la tercera [...]” (RP 17v).

²⁹ “Copiáronle [o *Libro Áureo* de Marco Aurélio] algunos curiosos, y salió impreso en Sevilla contra la voluntad de su dueño: y luego en Lisboa año de 1528 sin nombre del Autor, pero con mucho elogio, pues en la hora tengo delante esta impresión; y lo expreso, por no mencionarla otros” (232a, Cit. por Redondo 1976, 513, nota 262).

pôr em causa a existência da edição de Sevilha do *Libro Áureo*, considerando que aqueles caracteres seriam próprios da produção portuguesa do impressor, e que a primeira edição do *Libro Áureo* teria sido, afinal, feita em Lisboa. Cromberger obtivera de facto, em 1508, um alvará do rei D. Manuel concedendo-lhe, e a todos os que viessem a exercer em “estes Regnos” a “nobre arte da ympresam”, “aquellas mesmas graças priuilegios liberdades e homras que ham e deuem aver os caualleiros de nosa casa [...]”³⁰ Não há, contudo, qualquer rasto documental dessa eventual actividade de Cromberger no nosso país, se bem que, como se sabe, a edição de 1539 das *Ordenações* tenha sido feita na sua oficina (já após a sua morte) em Sevilha. Redondo refuta, pois, a hipótese de Huarte, demonstrando que Cromberger utilizara com frequência aqueles caracteres na sua produção sevilhana, e que a primeira edição do *Libro Áureo* fora efectivamente realizada em Sevilha pelo impressor alemão (Redondo 1966, 103-25 e 1976, 509-14).

Considerando plausível que tenha existido uma hoje desconhecida edição do *Libro Áureo* impressa em Lisboa, Redondo inclina-se, no entanto, para a possibilidade de essa edição ter sido feita nas oficinas de Cromberger em Sevilha, com um cólofon inexacto, indicando uma data diferente e Lisboa como local de impressão, tal como, aliás, defende ter acontecido com a edição de 1521 das *Ordenações Manuelinas* (Redondo 1976, 514 e Redondo 1966). José V. de Pina Martins concede verosimilhança à tese de Redondo, mas aceita com reservas, uma vez que não se apresentam provas documentais, os fundamentos da hipótese avançada por este estudioso no que diz respeito à possibilidade de a edição de 1521 das *Ordenações* ter sido feita em Sevilha (Pina Martins II 905, nota 121 e 931, notas 186 e 187). Seja como for, tanto a possível edição em Portugal do *Libro Áureo* em 1528, como a do *Relox de Príncipes* no ano seguinte, reflectem de forma nítida o eco imediato que alcançaram, também entre nós, as primeiras obras de Antonio de Guevara, no quadro mais geral do êxito que, como referimos, acompanhou a publicação de ambos os livros um pouco por toda a Europa.

Contudo, e reportando-nos em particular ao *Relox*, convém sublinhar que a edição de Lisboa foi feita por mandado de D.João III,³¹ o que, por um lado, reflecte a atenção deste monarca por um discurso político-normativo sobre a figura e o poder do príncipe (Buescu 2000), e, por outro, situa a difusão da obra a partir dos círculos da corte. Este facto articula-se, como é óbvio, com a relação entre os dois reinos ibéricos, unidos por laços familiares e políticos de grande proximidade,³² o que ajuda a explicar a

³⁰ TT (Torre do Tombo), *Chancelaria de D.Manuel*, Liv.V, 6v, doc. publicado por Deslandes 12-13.

³¹ Conforme consta do respectivo cólofon: “Fue impresso por mandado del muy alto y potentíssimo Rey y señor nuestro don Juan tercero deste nombre en la muy nombrada ciudad de Lisboa [...]” (*Libro del Eloquentissimo Emperador Marco Aurelio, con el Relox de Príncipes*, Lisboa, 1529, fol.CCLXXXII).

³² Para não irmos mais longe, lembremos que o monarca português, neto por via materna dos Reis Católicos, casara em 1524 com D. Catarina, a irmã mais nova do imperador Carlos V que, por seu

penetração e, até, o ascendente da cultura castelhana em Portugal no século XVI, nomeadamente no que diz respeito a certas manifestações da sua vertente cortesã. O facto, aliás, de a edição de Lisboa do *Relox de Príncipes* reproduzir o texto castelhana e não uma eventual tradução para português, longe de surgir como um fenómeno culturalmente insólito ou de excepção, traduzia a realidade constituída pelo bilinguismo, traço que assumiu um carácter estrutural no conjunto da cultura portuguesa, em particular nos séculos XVI e XVII. Vale a pena determo-nos um pouco sobre este aspecto, de subida importância para entender de forma mais nítida os mecanismos de circulação da cultura escrita no Portugal moderno.

O *Catalogo Razonado Biográfico y Bibliográfico de los Autores Portugueses que Escribieron en Castellano* (1890) de Garcia Peres permite ter uma noção correcta da importância que o bilinguismo assumiu no Portugal de Quinhentos e Seiscentos, muito para lá das figuras mais marcantes de Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões ou, já no século XVII, de Francisco Manuel de Melo. O *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516, mas integrando composições que remontam ao século XV, ilustra, além de uma inspiração directa no *Cancioneiro General* de Hernando del Castillo, de 1511, essa presença da língua castelhana na cultura portuguesa da época, realidade não apenas evidente desde logo na corte régia, nos meios cortesãos e nas elites cultas, laicas e eclesiásticas, mas no seio de outros grupos e meios sociais, nomeadamente urbanos –de que a frequente presença de companhias de teatro espanholas exibindo as suas peças nas ruas de Lisboa e outras cidades portuguesas é eloquente testemunho.³³ Durante a monarquia filipina (1580-1640), o bilinguismo, sustentado pela existência de uma unidade política, perfilou-se como um elemento cuja vitalidade, embora condicionada e estimulada pela conjuntura, se inseria, pois, numa realidade que lhe era anterior.

A Restauração da independência portuguesa em 1640 não significou, por seu lado, pelo menos no imediato, uma ruptura, e a importância do castelhana manteve-se bem evidente tanto nos círculos da cultura literária, com destaque para as academias, como nos círculos políticos, onde ganhou, sobretudo nas obras de intenção polémica e diplomática, um importante e, diríamos mesmo, decisivo espaço na propaganda e legitimação da dinastia de Bragança no palco europeu. Em todo o caso, o fim das Guerras da Restauração, em 1668, pôs em marcha um ainda silencioso e quase imperceptível processo de declínio da língua castelhana em Portugal, de que o fim dos casamentos em Espanha quer por parte da casa real portuguesa quer das grandes casas aristocráticas do reino não deixa de ser um sintomático indício.³⁴ Só o século XVIII, contudo, assistirá a um lento –veja-se o relevo que ainda assumem as composições em

turno, casaria no final de 1525 com D. Isabel, irmã de D. João III, num casamento duplo frequente nas monarquias europeias na época.

³³ Vázquez Cuesta 1981, 807-28; Vasquez Cuesta 1988, Asensio, XLV, v. ainda Viterbo 1915, 152-55. A “Introdução” fora já publicada em Viterbo 1892.

³⁴ Agradecemos ao Prof. Nuno Gonçalo Monteiro (Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa) a chamada de atenção para esta perspectiva do problema.

língua castelhana na *Fénix Renascida* (1716-28)³⁵ mas decisivo atenuar da importância do bilinguismo, no quadro do refluxo da influência espanhola e da afirmação do novo paradigma cultural constituído pela França (Buescu 2004).

Regressando ao século XVI, pode com efeito apontar-se, para o conjunto do século, uma percentagem que não anda longe dos 15% do total das obras impressas, precisamente 13,7%, percentagem que calculámos a partir do elenco das 1312 obras constantes da *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI* de António Joaquim Anselmo que, embora incompleto (o conjunto das obras impressas ronda as duas mil), reflecte a ordem de grandeza da questão que pretendemos sublinhar. O português alcança uma percentagem de 56% e o latim de 30,3%. Deixando de lado as peças de legislação avulsa, o português desce para pouco mais de 50,8%, alcançando o latim os 33,8% e o castelhano os 15,4%. A esta realidade não é alheia a presença dos impressores espanhóis. Como sublinha Eugenio Asensio,

Un solo editor, Luis Rodríguez, en los dos años (1540-41) que preceden a la composición de la Eufrosina, lanza al mercado en lengua española la Celestina, la Questión de Amor, traducciones de la Fiameta de Boccaccio y de la Farsalia de Lucano y del Enquiridión de Erasmo, sin otros libros de poesia y arquitectura. (Asensio XLVI)

Os números da produção tipográfica em castelhano em Portugal no século XVI são eloquentes quanto à presença daquele idioma entre as elites e na cultura letrada. Num mesmo sentido, a análise dos conteúdos da livraria real, no tempo de D. Manuel e de D. João III, permite aquilatar a importância que o castelhano então assumia no conjunto das obras inventariadas (Viterbo 1902, P.I 1-26).³⁶ É contudo pela análise da livraria da rainha D. Catarina, cuja composição pode avaliar-se através de um códice relativo às suas despesas e de outros três relativos ao seus bens e jóias, para os quais chamou a atenção Sousa Viterbo, que de forma mais flagrante essa realidade se impõe (Viterbo 1902, 26-41). Também Guevara se encontra representado entre os livros castelhanos de D. Catarina –aliás sem surpresa, se tivermos em conta tudo o que atrás foi dito quer sobre o autor, a sua relação com a corte e o imperador Carlos V, de quem D. Catarina era irmã, quer sobre os conteúdos tão apreciados por nobres e cortesãos. Com efeito, no inventário das jóias e alfaias do tesouro da rainha respeitante a 1534,

³⁵ A *Fénix Renascida, ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portuguezes*, é publicada por Matias Pereira da Costa em cinco volumes, com duas impressões: a primeira entre 1716 e 1728, a segunda em 1746. Trata-se do mais importante dos cancionários seiscentistas, que recolhe as composições mais significativas do século XVII, percorrido pela presença tutelar de Camões e da imitação de Gôngora. V. Pontes. A importância do castelhano traduz-se na presença de cerca de três centenas de composições naquela língua. V. Garcia Peres 215-16.

³⁶ Uma contabilização rigorosa revela-se impossível, em virtude da frequentemente deficiente e omissa referência a autores e títulos.

figuram dois exemplares do *Libro Áureo de Marco Aurelio*,³⁷ e no inventário do códice relativo às suas despesas, encontramos referência ao pagamento por Afonso Lourenço, livreiro e impressor da rainha, em Novembro de 1540, de 480 reais pelas “[...] Obras do bispo de Momdonhedo³⁸ êcadernadas em purgaminho com fitas”, e de 450 reais “das epistolas familiares do dito bispo emcadarnadas em purgaminho com fitas” (Viterbo 1902, 28-29). Podemos facilmente imaginar momentos de deleite de D. Catarina e das suas damas, castelhanas e portuguesas, escutando e evocando as histórias da corte do imperador romano e as incidências da sua vida familiar e amorosa...

Se é importante assinalar que a edição de Lisboa de 1529 do *Relox de Príncipes* é feita em castelhano, maior significado tem verificar, como já notou Fernando Lopes, a extrema raridade das traduções para português das obras de Antonio de Guevara (Lopes 605-07). Este facto, conjugado com uma presença impressa que se sabe ter sido apreciável –as obras de Guevara figuravam em quase todas as livrarias conventuais em Portugal em numerosos exemplares (Lopes 605; Dias 290, nota 1), confirma, se necessário fosse, a difusão que o idioma castelhano tinha nos círculos cultos do país. Tal realidade permite compreender a razão pela qual as traduções portuguesas de Guevara que existem são, além de muito raras, bastante tardias –praticamente todas do século XVIII–³⁹ e permaneceram, na sua quase totalidade, manuscritas.⁴⁰ Tornava-se, com efeito, desnecessário editar em tradução obras que, até pelo êxito editorial de que se revestiam no país vizinho, com facilidade e rapidez chegavam ao reino através dos circuitos do mercado do livro. A quase inexistência de versões portuguesas não deve ser, pois, interpretada como indício de um

³⁷ Viterbo 1902, n.º29, “Marcos Vrelo, cubierto de cuero”, e n.º 31, “Marco Avrelo e Ysopete en vn libro guarneçido de cuero leonado cõ sus brochas e texidos” (*Ibidem* 34).

³⁸ Trata-se, sem dúvida, da edição *princeps* de 1539 que agrupava, num único volume, o *Menosprecio de Corte*, o *Libro de los Inventores del Arte de Marear*, a *Década de Césares* e o *Aviso de Privados y Doctrina de Cortesanos*, publicada em Valladolid sob o título de *Las Obras del Illustre Señor don Antonio de Guevara Obispo de Mondoñedo, Predicador y Chronista y del Consejo de su Magestad*.

³⁹ Com a excepção do *Peculio de Sentenças, Maximas, Conceitos, Noticias Curiosas...*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), cod. 27, ainda do século XVII. Não é coincidência, julgamos, o facto de praticamente todas elas datarem do século XVIII, época em que a projecção do castelhano dava progressivamente lugar à crescente importância do francês como língua de cultura por excelência.

⁴⁰ BNP, cod.4465, *Epistolas Familiares de Dom Antonio de Guevara. Bispo de Mondoñedo, Pregador, Chronista e do Conselho do Emperador [sic] Dom Carlos Quinto...*; TT, ms. 808 da Livraria, *Emperador Marco Aurelio. Sua Vida e suas Acçoens Com Varias Cartas Escritas a seus mais Intimos Amigos...Traduzido, e resumido do Espanhol. Por D. Nicolao Alvares Pereira*; BGUC., cod. 27, *Peculio de Sentenças...*, fols.172-236v. Todas estas obras são referenciadas por Lopes; existe no entanto ainda uma tradução setecentista do *Libro Áureo de Marco Aurélio*, que aquele erudito desconhece, na secção de manuscritos da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL), série vermelha, ms.227 a 231: *Livro Aureo da Vida e Cartas do grande Marco Aurelio Antonio, Emperador Romano, traduzidas da Língua Espanhola, 5 Partes*. Esta enumeração, não excluindo, evidentemente, a hipótese de existir ainda mais alguma espécie desconhecida, traduz no entanto uma ordem de grandeza que deve, em qualquer dos casos, estar correcta.

desconhecimento das obras de Guevara em Portugal, o que de facto não acontecia, mas sim da existência de um importante e diversificado mercado – corte, nobres e cortesãos, Igreja, meio conventual – para a circulação de textos das mais diversas matérias em língua castelhana na sua versão original.

A importância em atender a esta particularidade da circulação da cultura em Portugal é por vezes ignorada, o que conduz a apreciações menos exactas, como já tivemos ocasião de sublinhar (Buescu 2004). É o caso da leitura de Marcel Bataillon sobre a expressão do erasmismo em Portugal, que numa primeira instância considerara extremamente restrita, uma vez que não tivera em conta, como ele próprio viria a reconhecer mais tarde, a intensa circulação dos textos castelhanos entre nós (Bataillon 1974a, 68). Ainda que seja, de facto, reduzida a expressão do erasmismo em Portugal no século XVI – sobretudo se comparada com a realidade espanhola – da raridade das edições não pode inferir-se o desconhecimento ou a fraca implantação das ideias erasmistas, uma vez que as elites quinhentistas portuguesas conheciam o castelhano, no quadro de um bilinguismo efectivo.⁴¹ A consideração deste elemento levaria Bataillon a corrigir aquela primeira posição, conferindo uma nova dimensão ao conhecimento das doutrinas de Erasmo em Portugal no século XVI (Bataillon 1974a, 196-97).

Para além das obras já referidas, pelo menos desde Novembro de 1540, como ficamos a saber pelo respectivo pagamento ao livreiro Afonso Lourenço, existia na livraria da rainha D.Catarina uma outra obra de Guevara que nos merece uma referência especial. Trata-se do célebre *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, publicado em 1539, em Valladolid, que apresenta a particularidade de ser dedicada

⁴¹ As únicas edições conhecidas de Erasmo em Portugal – uma em castelhano, três em latim e duas (da mesma obra) em latim e castelhano – ocorrem, paradoxalmente, numa época em que por toda a Europa se adensava a crítica ao humanista cristão e às suas teses, que viria a conduzir à sua classificação, pela ortodoxia da Igreja, como *auctor damnatus* nos Índices expurgatórios, e que culminaria na proibição de toda a sua obra (Índice romano de 1559). São elas a edição, em tradução castelhana, do *Enchiridion Militis Christiani*, Lisboa, Luís Rodrigues, 1541 (que viria a ser incluído em Portugal no *Rol dos Livros Defesos* de 1551, tanto em latim como em vulgar, e só em 1559 em Espanha); o *Liber de Copia Verborum* (Coimbra? 1542?); os *Colloquia* em edição escolar (expurgada) por Juan Fernández, professor em Coimbra, edição que Bataillon situa em 1545-46 (Dias 1552; Sá 1979, 1553), edição raríssima, de que só se conhece o exemplar da Biblioteca Pública de Évora e, mais recentemente, o de Vila Viçosa (agradecemos ao Prof. Pina Martins esta informação), e única edição peninsular dos *Colloquia* em latim (proibição em França em 1526, em Espanha do texto em vulgar em 1536, do texto latino em 1537, em Portugal em 1550-51); o *Index Rerum et Verborum* dos *Adagia* por João Vaseu, Coimbra, João da Barreira e João Álvares, 1549; e finalmente algumas sentenças de Erasmo na edição bilingue (latim e castelhano) da *Primera Parte de las Sentencias que hasta Nuestros Tiempos, para Edificacion de Buenos Costumbres, estan por diuersos Autores Escriptas...*, Lisboa, Germão Galharde, 1554, e Coimbra, João Álvares, 1555. V. Martins 1973, 149-52; Dias I, 180-85, e II, 497-500; Sá 1979, 247-78; Bataillon 1974b. Em contraste com o restrito número de edições feitas em Portugal, Moreira de Sá, com base em inventários que realizou, aponta para um número de cerca de 270 obras de Erasmo existentes no conjunto das bibliotecas portuguesas, que existiam “em Portugal desde os alvares desse século [XVI] para conhecimento dos estudiosos” (Sá 1977a, 187; idem 1977b).

pelo autor a D. João III⁴². Curiosamente –ou talvez não, pelo que fica dito atrás– a única edição do *Menosprecio* em Portugal data de 1657, em Coimbra, por Manuel Dias, impressor da Universidade, que saiu juntamente com o *Aviso de Privados* e o *Libro de los Inventores del Arte de Marear*. Para além de a realidade cultural do bilinguismo ajudar a explicar a ausência de certas edições em Portugal, torna-se necessário referir, no que diz respeito ao *Menosprecio de Corte*, o facto de esta obra ter sido submetida ao juízo inquisitorial, em virtude de certas passagens relacionáveis com os *alumbrados* e algumas ressonâncias de possível sabor luterano. Em 1551 o *Menosprecio* foi incluído no *Index* de Toledo, não sendo objecto de mais qualquer impressão em Espanha até 1579.⁴³

No *Prólogo* que dirige ao rei português, em que justifica a dedicatória invocando os laços de parentesco entre D. João III e Carlos V,⁴⁴ o elogio retórico e de circunstância do “Piedoso”⁴⁵ encerra, certamente, um objectivo específico de valimento junto do príncipe, razão de ser, aliás, deste tipo de dedicatórias; escapamos, no entanto, tanto as razões de Guevara, como o eventual eco, da parte do monarca português, perante a dedicatória do franciscano. Em leitura que não é pacífica entre os críticos guevarianos, a génese do *Menosprecio de Corte* já foi relacionada com um possível ressentimento de Guevara em virtude da sua transferência para a diocese de Mondoñedo, que teria assumido como uma “despromoção” junto do imperador, revestindo nesse quadro a dedicatória a D. João III um significado preciso (*Menosprecio*, ed. Rallo Gruss 77, nota 77). Americo Castro considera que as obras de Guevara posteriores à sua nomeação como bispo de Mondoñedo reflectiriam uma “retórica de resentido”, em consequência daquilo que teria constituído, por razões obscuras, talvez relacionadas com episódios ocorridos durante as cortes de Toledo de 1538-39 (Márquez Villanueva 79-80), a sua marginalização da corte de Carlos V e o inegável declinar do seu valimento junto do imperador (Castro 1957, 71). Em todo o caso, fossem quais fossem as causas reais de Guevara, “lo cierto es que en el prólogo y dedicatoria del libro el autor da claramente la espalda a don Carlos [...]” (Márquez Villanueva 78).

⁴²Antonio de Guevara, *Libro llamado Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea. Dirigido al muy alto y Poderoso señor de Portugal, don Juan tercero deste nombre. Compuesto por el Ilustre señor don Antonio de Guevara, obispo de Mondoñedo, Predicador y Cronista y del Consejo de su Magestad*, [Valladolid, 1539]. A edição consultada é a de Rallo Gruss.

⁴³ V. *Menosprecio*, ed. Rallo Gruss, 135, nota 9, em que se remete para o estudo de Redondo, “le Menosprecio de corte d’Antonio de Guevara et l’Inquisition”, in *Hommage a Marcel Bataillon (Les Cultures Ibériques en Devenir)*, Paris, 1979, 189-95.

⁴⁴ “[...] si no soy vuestro vassallo, présciome de ser vuestro siervo.[...]. Acordándome que sois nieto de quien yo fui criado [Reis Católicos] y que sois primo de quien yo soy vasallo [Carlos V], gran obligación es la mía de servirle y muy mayor merced dél quererse de mí servir” (*Menosprecio de Corte* 111).

⁴⁵ “Tenéis, señor, fama de buen cristiano, de príncipe justiciero, de rey virtuoso, de señor cuerdo y de hombre piadoso, y si junto con esto os allegáis a consejo y os dejáis al parescer ajeno, asentaros hemos los cronistas entre los monarcas del mundo” (*Ibidem* 112).

Melhor conhecido nos seus contornos e incidentes é, sem dúvida, o caso da famosa dedicatória de Erasmo das suas *Chrysostomi Lucubrationes* ao mesmo D. João III, em 1527, que o autor retiraria da edição de 1530, em virtude do desagrado que a sua alusão negativa ao monopólio das especiarias suscitara na corte portuguesa.⁴⁶ Em carta ao seu amigo Schets, Erasmo afirmava de forma desabrida e com amargura, referindo-se à questão:

Pareille dédicace [...] m'aurait concilié la plus haute faveur auprès de n'importe quel grand prince. Pour mon tout petit livre sur l'Épître aux Galates, le Cardinal de Lorraine m'a payé deux cent couronnes d'or. Aussi, dorénavant, j'envoie au diable cette race judaïque. Une nouvelle édition de mon ouvrage a paru sans la préface.⁴⁷

Ao contrário, pois, do que sucedeu com a iniciativa de Erasmo, não conhecemos a reacção da corte portuguesa perante uma obra que, sem alcançar o renome extraordinário do *Libro Áureo* ou do *Relox de Príncipes*, com elas mantinha o traço comum de constituir uma reflexão sobre a corte, ainda que numa perspectiva bastante diversa e até oposta. Ao pintar as misérias da corte e dos cortesãos, não de forma abstracta mas com base numa experiência de vida, de que os capítulos finais do *Menosprecio* são testemunho eloquente (Márquez Villanueva 16), Guevara situava-se de forma clara na tradição literária “realista” do *Policraticus* (1159) de João de Salisbúria, do *De Curialium Miseriis Epistola* (1473) de Aeneas Silvio Piccolomini, futuro Pio II,⁴⁸ ou, em termos da tradição hispânica, do *Rimado de Palacio* de Lopez de Ayala (Franco Silva e Romero Tallafigo); mas ao propor o seu abandono –ou seja, o abandono do mundo–⁴⁹ exortando ao regresso à aldeia, o seu pensamento, simultaneamente inscrito na tradição clássica do *Beatus ille*, e na tradição medieval do *contemptus mundi*, ganhava contornos de verdadeira utopia (Redondo 1979, *Menosprecio* ed. Rallo Gruss 62-82; Smith 35; Scaglione 29-251).

⁴⁶ Este episódio foi minuciosamente estudado por Bataillon 1974a.

⁴⁷ Carta de Erasmo a Schets, de 29 de Agosto de 1530, cit. Bataillon 1974a, 60. V. também o estudo de Livermore que, embora com bastantes imprecisões, procura estabelecer o paralelo entre os casos de Erasmo e Guevara.

⁴⁸ Indica-se aqui a data da primeira edição da *Epistola*, escrita em 1444. Refira-se que, sem dúvida por influência da obra de Piccolomini, o título desta obra de Guevara, conforme consta do privilégio de impressão de 21 de Janeiro de 1539 deveria ser *De los Trabajos de la Corte*, tendo sido depois alterado em definitivo para *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*. V. *Menosprecio*, ed. Rallo Gruss 229, nota 4. Sobre o discurso anti-cortesão, vejam-se, entre outros, os estudos de Harf-Lancner; Autrand; para o século XVI, em particular no que diz respeito a França, mas também, marginalmente, a Espanha e Itália, v. Smith e ainda a breve síntese de Burke.

⁴⁹ A identificação entre *corte* e *mundo* é tutelar e recorrente em Guevara, dando de resto corpo e sentido ao núcleo central da construção guevariana no *Menosprecio de Corte* V. por exemplo cap. XIII, 226-27, e a famosa exclamação final, cap. XX, 286.

De qualquer forma, a reflexão sobre o lado “nocturno” da corte, embora sem assumir a dimensão e o alcance que encontra no *Menosprecio*, e que se tornará, mesmo, um tópico literário (Checa Cremades 12-13, Smith), encontra também em Portugal expressão nos círculos da cultura humanista próxima da corte. É o caso de Sá de Miranda e as suas famosas *Cartas* a António Pereira e a D. João III (Miranda nº 104 e n~108, Earle 47-70), de André de Resende e as epístolas *De Vita Aulica*, endereçadas respectivamente a Martinho Ferreira (1531/33), em que se denuncia a vida perversa dos cortesãos de Carlos V (Resende 108-124), e a Damião de Góis (1535/44), relativa à injustiça de que são alvo os poetas na corte joanina (Resende 126-33), ou ainda do *Duarum Virginum Colloquium de Vita Aulica et Privata* (1552) de Luísa Sigea.⁵⁰ A epístola de Aeneas Sívio Piccolimini, seria publicada em Coimbra, em 1563, em tradução castelhana com o título de *Tractado de la Miseria de los Cortesanos*. Dir-se-ia mesmo que, de certa maneira e aparentemente de modo paradoxal, o menosprezo da corte se torna um tema áulico, como transparece, a nosso ver de forma paradigmática, da violenta diatribe de António Pinheiro, figura então em processo de ascensão na corte joanina (Buescu 2008, 259-60; Paiva), contra a corte e os seus malefícios, na dedicatória a D. João III da sua tradução do *Panegírico* de Plínio a Trajano, afinal, puro exercício de um cortesão zeloso e atento.⁵¹

Sintetizando, os elementos de que dispomos permitem-nos, pois, concluir que a obra de Guevara era, no seu conjunto, conhecida nos círculos da corte portuguesa no século XVI, pois só na livraria da rainha D. Catarina existiam o *Libro Áureo de Marco Aurelio*, em dois exemplares, as *Epístolas Familiares*, a *Década de Césares*, o *Menosprecio de Corte*, o *Aviso de Privados*, e a *Arte de Marear*. Situação devida, naturalmente, à proximidade política e linguística entre ambos os reinos, mas também à própria índole da obra de Antonio de Guevara que, no seu conjunto, veiculava valores e formas culturais que tinham muito de perto a ver com o universo cortesão, aristocrático e palaciano. Esta feição era, de resto, reivindicada e justificada pelo próprio Guevara, que a apresentava quase como uma “inevitabilidade”, em grande medida porque o seu conhecimento da corte derivava da sua própria experiência de vida e de vassalo de Carlos V, em cujo serviço viajara e conhecera as grandes cortes da Europa do tempo: “Siendo, pues, yo criado en casa de príncipes, y comiendo pan de príncipes, y andando en cortes de príncipes, no sería justo que mis sudores y vigalias se dedicasen sino a príncipes” (*Menosprecio* 108).

O *Relox de Príncipes*, editado em Lisboa em 1529, quase em simultâneo com a edição de Valladolid, terá alcançado nesses círculos uma ressonância significativa, até

⁵⁰ Esta obra de Luísa Sigea, cujo rasto se perdeu, permaneceria inédita até ao século XX, sendo editada por Sauvage. Além do estudo introdutório de Sauvage à citada edição, sobre Luísa Sigea, v. Vasconcelos, e Alves.

⁵¹ “Via-me na Corte, onde minhas obras haviam de ser sentenciadas per juizes sem sospeita de muito saber, mal informados das letras, traçadores de famas alheias, demarquadores de medranças, limitadores de honrras, encurtadores da binignidade de V.A., e bem se ho nam fossem do Real patrimonio” (Pinheiro 3-4).

em virtude de ser publicado por ordem de D. João III; foi certamente lido na corte, talvez em voz alta, como era tão habitual na época, e quer D. João III quer a rainha D. Catarina, bem como fidalgos e damas, à semelhança do que acontecera na corte de Carlos V, apreciaram e comoveram-se com as efabulações “romanas” do franciscano. Referência que lhe é claramente dirigida encontramos-na, em 1541, nas palavras que antecedem a já citada tradução do *Panegírico* de Plínio a Trajano, da autoria de António Pinheiro. Na dedicatória ao monarca, António Pinheiro justificava a respectiva tradução incensando a superioridade do *Panegírico* de Plínio sobre qualquer outro discurso acerca do príncipe ou do governante, em confronto com o qual todos “[...] os relógios dos príncipes sam desconcertados, os espelhos cegos, os regimentos dos ayos sombrios, os mestres desautorizados” (Pinheiro 7). A apreciação crítica de António Pinheiro, que estabelecia a superioridade do discurso Antigo, tinha por base, obviamente, a matriz classicizante da sua formação humanista, muito considerada no seu tempo; no que diz respeito ao *Relox* em particular, ela participava, porventura, das reservas que, como vimos, a cultura humanista manifestava, de uma forma geral, perante a obra do franciscano.

Mais tarde, já no século XVII, a dimensão áulica da obra guevariana seria devida e explicitamente apreciada por Francisco Rodrigues Lobo que, na sua corte sem rei, e após estabelecer o perfil do príncipe que mais convém à república (Lobo 274-79), evocava com pormenor as qualidades que, de acordo com as sábias advertências do bispo de Mondonhedo no *Aviso de Privados* (1539), deviam observar os “privados e favorecidos do Príncipe.”⁵²

⁵² Para esta presença de Guevara em Rodrigues Lobo já Jorge chamara a atenção no importante estudo que dedica ao autor da *Corte na Aldeia*. Afirma-se, pois, pela boca de Leonardo, “[...] antigo morador daquele lugar, que também o fora em outra idade da casa dos Reis” (Diálogo I, 5): “E, entre outras advertências, me parecem muito principais e excelentes as que aponta o Bispo de Mondonhedo no seu Aviso de privados, convém a saber: que o favorecido não descubra ao Príncipe tudo o que cuida; que lhe não mostre tudo o que tem; que não tome tudo o que deseja; que não diga tudo o que sabe, que não faça tudo o que pode, que não negocie para si, nem para outrem fora de tempo, e que em todos se incline e favoreça a parte justa, para que com conhecida sem-razão não arrisque o lugar de sua privança. Trás isto se seguem os ciúmes de seus competidores, o cuidado de os apartar da vista e da comunicação do Príncipe; e ainda, os de que mais se receia, trabalhar de os ausentar da Corte com despachos, dádivas e mercês do mesmo senhor, dourando com elas a pírola [sic] da sua dissimulada tenção”. *Ibidem*, “Diálogo XIV”, 282. Há ainda na *Corte na Aldeia* pelo menos mais uma referência explícita a Antonio de Guevara, desta vez ao *Libro Áureo de Marco Aurélio*, a propósito da polémica entre a *história* e a *ficção*, no âmbito da discussão sobre os romances de cavalaria, com que se inicia a obra de Rodrigues Lobo. Defendendo que a ficção pode ser metáfora para a crítica da realidade, pela boca do Doutor, afirma-se, como já referimos acima, que “[...] D. António de Guevara, em nome de um Emperador Romano, escreveu o que ele queria dizer em Espanha”. *Corte na Aldeia*, “Diálogo I” 18-19. Sobre as relações entre a *Corte na Aldeia* e *Il Libro del Cortegiano* de Castiglione, além de Ricardo Jorge no estudo citado, v. o estudo comparativo de Schnerr.

O Paragon de vertudes: uma tradução portuguesa quinhentista inédita

Como tivemos ocasião de referir, o êxito do *Libro Áureo de Marco Aurelio* (1528) e do *Relox de Príncipes* (1529) foi imediato não só em Espanha como por toda a Europa, gerando um fenómeno editorial difícil de igualar no século XVI. Em Itália, onde por razões de ordem política a presença espanhola era uma realidade, as obras de Guevara circularam primeiro em castelhano para, a partir de 1542, surgirem versões e traduções italianas (Redondo 1976, 575 e idem 1990, 79). Assim, nesse ano foi publicada em Roma a primeira tradução italiana do *Libro Áureo de Marco Aurelio*, da autoria de Mambrino Roseo da Fabriano.⁵³ Mais do que uma verdadeira tradução, a *Vita di M. Aurelio Imperadore...* era uma versão condensada e bastante livre da obra de Guevara, facto justificado pelo próprio Roseo na dedicatória a Paolo Luciasco, em que se afirmava a preferência pela imitação de sentido, em detrimento da tradução literal. Esta opção de Roseo situa-se aliás, como observa Lucia Gualdo Rosa, no quadro da polémica humanista iniciada no *Quattrocento* em torno da tradução *ad verbum* e *ad sententiam* (Rosa 309-10).

Apesar do sucesso de que se revestiu –foi objecto de cinco reimpressões em dois anos– a versão de 1542 viria a ser suplantada pela segunda tradução, da autoria de Sabastiano Fausto da Longino, publicada em Veneza, em 1544.⁵⁴ Esta última, ao contrário da versão de Mambrino Roseo –cujo carácter demasiado livre é severamente criticado e acaba por ser invocado como razão principal para o aparecimento da nova tradução– era mais próxima do original (Grendler, Rosa 310-11 e nota 15),⁵⁵ e viria a constituir a versão mais difundida do *Libro Áureo...* em Itália: entre 1544 e 1593 foram feitas vinte e uma edições da *Vita, Gesti, Costumi, Discorsi, Lettere di M. Aurelio Imperatore...*, havendo a registar ainda cinco edições no século XVII, todas elas impressas em Veneza (Grendler 423).

Quanto ao *Relox de Príncipes*, uma tradução quase completa e bastante fiel ao original, da autoria de Alfonso de Ulloa, foi publicada em Veneza em 1553. Em 1562 surgiu uma versão alargada, com o suposto quarto livro a que Guevara fazia referência na edição de 1529, mas que não chegou a escrever. Esse quarto livro era, na realidade, constituído pela tradução de duas outras obras de Guevara: o *Aviso de Cortesanos* e o *Menosprecio de Corte*. Ainda no mesmo ano foi impressa uma nova edição que diferia na composição deste quarto livro apócrifo. Tal como sucedeu com as versões do *Libro Áureo*, também as edições do *Relox de Príncipes* se sucederam ao longo do século em

⁵³ *Vita di M. Aurelio Imperadore, con le Alte, & Profonde sue Sentenze, Notabili Documenti, Ammirabili Essempi, & Lodevole Norma di Vivere* (Grendler 422).

⁵⁴ *Vita, Gesti, Costumi, Discorsi, Lettere di M. Aurelio Imperadore, Sapientissimo Filosofo, & Oratore Eloquentissimo. Con la gionta di Moltissime Cose, che ne lo Spagnuolo non erano, e de le Cose Spagnuole, che Mancavano in la Tradottione Italiana* (Grendler 422).

⁵⁵ Esta maior fidelidade ao original estava aliás de acordo com a posição teórica de Fausto da Longino, autor de um *Dialogo [...] del Modo de lo Tradurre d'una in Altra Lingua...* (1556) que, inscrevendo-se no debate acima referido, defendia a fidelidade à letra dos textos traduzidos (Rosa 310).

número significativo, quase todas elas feitas em Veneza, sem dúvida um dos lugares privilegiados de difusão da cultura espanhola em Itália (Redondo 1990, 81-83; Grendler 423-424).

Tradutor, em versão bastante livre e condensada, como vimos, do *Libro Áureo de Marco Aurelio* em 1542, Mambrino Roseo da Fabriano publicava no ano seguinte uma obra intitulada *Institutione del Prencipe Christiano*, dedicada ao cardeal Rodolfo Pio de Carpi,⁵⁶ na realidade uma selecção e adaptação do *Relox de Príncipes* de Guevara. Os três livros do *Relox* eram reduzidos a um único, ao qual se dava um título “erasmiano”, e as partes relativas à figura mítica do imperador-filósofo, assim como certos episódios, como o emblemático discurso do “vilão do Danúbio”, desapareciam (Redondo 1990, 79-80; Rosa 311). Recentemente, Lucia Gualdo Rosa pretendeu sublinhar a relativa autonomia da *Institutione* de Roseo –ressalvando embora a sua dependência perante o *Relox* e a *Institutio Principis Christiani* de Erasmo⁵⁷–, obra que, entre 1543 e 1608, teve dezasseis edições italianas, e ainda uma tradução para francês (1549) e uma tradução latina (1608) (Rosa 311 e 323-24).

Também em Portugal esta obra de Mambrino Roseo deixou rasto. Na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, existe uma tradução manuscrita para português, ainda do século XVI, da *Institutione del Prencipe Christiano* de Mambrino Roseo da Fabriano, até hoje não identificada enquanto tal. Ocupa os fólios 1-129v de uma miscelânea (BA cod. 50-V-40) que inclui também, nomeadamente, uma cópia da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (139-86), e uma obra anónima intitulada *Tratado Breve e Proveytoso de Moralidade feyto per hum Doutor Medico deregido ao Muyto Escrarcido Principe Infante Dom Luís* (211-22v).

A respectiva descrição no *Guia* dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda transcreve defeituosamente o respectivo título e omite a identificação do autor, que se encontra referido de forma explícita.⁵⁸ O título correcto que consta do manuscrito é o seguinte: *O Paragon de Vertudes para a Instituiçam de Todollos Principes Christãos Traduzido de Italiano Mambrinus de la Rosa em Francês* (BA., cod. 50-V-40, 3). No *Prologo* que antecede o tratado, apesar do respectivo fólio estar rasgado, é possível reconhecer a dedicatória ao cardeal Carpi ([1]). Se bem que não datada, esta tradução anónima da *Institutione* de Mambrino Roseo deverá ser posterior a 1549, ano da publicação da sua versão francesa que, como é referido, esteve na base da tradução para português. Na verdade, o título desta última remete, aliás de forma flagrante, para o da tradução francesa, da autoria de Jean Mougín, editada em Paris: *Le Paragon de Vertu pour*

⁵⁶ Sobre as possíveis razões desta dedicatória, v. Redondo 1990, 80.

⁵⁷ Rosa 316-21; tal não é, manifestamente, a opinião de Redondo 1990, 79-80.

⁵⁸ “Oparaçõis (?) de vertudes para a instituiçam de todollos princepes christãos...” (Traduzido do italiano e francês); *Manuscritos da Ajuda (Guia)*, II, 1973, 667. A única referência que conhecemos a esta obra é feita por Matos na sua “Introdução” à edição fac-similada do manuscrito das *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, Lisboa, 1983, dando-lhe o título de *Instituição de Tôdolos Príncipes Cristãos* e mencionando a tradução do italiano para francês e a dedicatória ao cardeal Carpi, mas sem aludir à questão da autoria. V. Matos 19 e nota 29.

l'Institution de tous Princes (Rosa 323). Não possuímos no entanto elementos –nomeadamente, como dissemos, o nome do tradutor– que nos permitam situá-la com maior precisão, e eventualmente avaliar do propósito, do contexto e do destinatário concreto desta tradução portuguesa.

O Paragon de Vertudes... é composto por um só livro, dividido em trinta e seis capítulos.⁵⁹ muito diferente em extensão, portanto, dos três livros do *Relox de Príncipes*, obra em que visivelmente se inspira. O tratado abre com uma justificação de carácter político-religioso da monarquia, a que não falta, como é habitual também nestas obras, a necessária distinção entre o bom príncipe e o tirano, distinção em que avulta, como elemento estruturante, o famoso discurso do embaixador dos míticos Garamantes a Alexandre Magno, episódio retirado do Livro I do *Relox*.⁶⁰ Seguem-se dois capítulos de tom acentuadamente ascético, sobre a miséria da condição humana⁶¹ da qual, apesar da sua condição singular, também participa o príncipe.⁶² Relevo particular têm, tal como no livro II do *Relox de Príncipes*, neste ponto sem dúvida o modelo explícito da *Institutione*, o conjunto das regras e preceitos relativos ao casamento e à educação dos filhos. Essas regras incidem sobre questões que vão desde os cuidados a observar na gravidez, à apologia do aleitamento materno mas também à condição das boas amas, à instrução e boa doutrina que os pais devem dar aos filhos e ao cuidado na escolha dos mestres do príncipe, à importância do conhecimento da religião cristã.⁶³

Aos preceitos mais imediatamente relativos à criação do príncipe e a aspectos de um itinerário pedagógico destinado a forjar um perfil virtuoso, segue-se o estabelecimento das virtudes que deve possuir, e dos vícios que é necessário evitar.⁶⁴ Assim, deve o príncipe ser piedoso, sábio, prudente, justo, clemente, misericordioso e liberal, evitando a avareza, a ociosidade, a luxúria e o excesso de ornamento da sua pessoa, de acordo aliás com o que se preceituara quanto à sua educação em criança.⁶⁵ Deve reger a república observando as leis antigas,⁶⁶ escolher os seus privados entre gente sábia e sensata, afastando de si adulares, “mexeriqueiros e praguentos,”⁶⁷ e ter especial rigor e prudência na escolha dos seus oficiais⁶⁸. Significativo é o facto de, no

⁵⁹ Mais um do que o original italiano, que tem trinta e cinco.

⁶⁰ BA., cod.50-V-40, *O Paragon de Vertudes...*, cap. I “Que de direito natural o princepe he necessario na reepublica: e como a tirania vem de ambiçam”, 3-9.

⁶¹ *Ibidem*, cap.II “Que o princepe deve considerar a miseria humana”, 9-14.

⁶² *Ibidem*, cap.III “Da miseria de hũ princepe”, 14-15v.

⁶³ *Ibidem*, cap. IV-XV, 15v-63. Rosa pretende, neste ponto, fazer também aproximar a *Institutione* das doutrinas erasmianas. V. 319-20.

⁶⁴ *O Paragon de Vertudes...*, cap.XVI-XXXVI, 63-129v.

⁶⁵ *Ibidem*, cap.XII “Que o princepe deve dar ordem que seu filho nam seja criado em dilicias”, 40-43.

⁶⁶ *Ibidem*, cap.XXVI “Que o princepe deve guardar as leys antigas sem premitir [sic] que outras novas sejam introduzidas na sua reepublica”, 97-99.

⁶⁷ *Ibidem*, cap.XXII “Que o princepe deve lançar de sy e por em ruyna os mexeriqueiros e praguentos”, 85v-87v.

⁶⁸ *Ibidem*, cap.XXXII “Que o princepe deve de ser prudente para escolher seus officiaes”, 118v-21v.

elenco circunstanciado destas virtudes não encontrarmos qualquer referência à fortaleza, virtude que, remetendo para a dimensão guerreira, é habitualmente “obrigatória” no conjunto das virtudes consideradas próprias do governante. Com efeito, numa sociedade que valorizava em extremo a função das armas, a imagem do rei é indissociável da fortaleza, virtude associada ao valor militar que o príncipe deve possuir, de acordo com a ancestral concepção do rei como herói guerreiro. Por isso, de forma geral a tratadística sobre o príncipe e a monarquia dão à fortaleza um lugar central no conjunto das virtudes régias. Pelo contrário, no *Paragon de Vertudes...* surge um capítulo em que se adverte deverem os príncipes amar e procurar a paz.⁶⁹ Esta posição parece mais uma vez remeter para a presença tutelar de Guevara, que na sua obra condena de forma radical a guerra, e particularmente a guerra de conquista, num ponto em que a ideologia guevariana encontra, de forma indiscutível, traços do pacifismo erasmiano (Rosa 320).

A inédita tradução para português da *Institutione del Prencipe Christiano* de Mambrino Roseo, feita a partir da versão francesa do *Le Parangon de Vertu*, que sintetiza, condensa e apropria o *Relox de Príncipes*, é também ela um testemunho da fortuna e da irradiação que a concepção guevariana do príncipe virtuoso alcançou na Europa culta e no discurso político do século XVI, apesar da ruptura ideológica que a publicação de *O Príncipe* de Maquiavel, em 1532, veio representar. E, de uma forma mais geral, testemunha, também, como a multifacetada e fascinante obra de um Antonio de Guevara frade, cortesão, cronista, bispo, inquisidor e cavaleiro (Márquez Villanueva 165) respondeu, há cinco séculos, a gostos, ideias e imaginários que se repercutiram, de uma maneira ou outra, em traços de uma herança política, cultural e literária que nos cabe a nós, num generoso esforço de vontade, procurar compreender em toda a sua extensão e significados.

⁶⁹ *Ibidem*, cap.XXXV “Que os princepes devem de amar e buscar paz”, 126-28v.

Obras citadas

- Alves, Ana Maria. “Comunicação e silêncio num diálogo humanista (A propósito de Luísa Sigea).” *Comunicação e Silêncio. Textos de História, Política e Circunstância*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. 57-82.
- Anselmo, António Joaquim. *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977 [1926].
- Asensio, Eugenio. “Prólogo” a Jorge Ferreira de Vasconcelos. *Comedia Eufrosina*. Madrid: CSIC, 1951. VII-XCIII.
- Autrand, Françoise. “De l’Enfer au Purgatoire; la cour à travers quelques textes français du milieu du XIVe à la fin du XVe siècle.” Ed. Philippe Contamine. *L’Etat et les Aristocraties (France, Angleterre, Ecosse) XIIe-XVIIe Siècles, Actes de la table ronde organisée par le CNRS, 26-27 sept. 1986*. Paris: Presses de l’Ecole Normale Supérieure, 1989. 51-78.
- Bataillon, Marcel. *Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1979 [1937].
- . “Erasmus et la Cour de Portugal.” *Etudes sur le Portugal au Temps de l’Humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974a [1927]. 35-69.
- . “L’édition scolaire coïmbroise des *Colloques* d’Erasmus.” *Etudes sur le Portugal au Temps de l’Humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974b [1927]. 171-98.
- Beja, Frei António de. Intro. Mário Tavares Dias. *Breve Doutrina e Ensino de Príncipes*. Ed. facs. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1965 [1525].
- Bigalli, David. “Il mito a corte. Pensiero politico e frammenti di utopia in Antonio de Guevara.” *Immagini del Principe. Ricerche su Politica e Umanesimo nel Portogallo e nella Spagna del Cinquecento*. Milão: Franco Angeli, 1985. 223-80.
- Blecu, A. “La littérature apothegmatique en Espagne.” Ed. Augustin Redondo. *L’Humanisme dans les Lettres Espagnoles, XIXe Colloque International d’Etudes Humanistes, Tours, 5-17 juillet 1976*. Paris: Vrin, 1979. 119-32.
- Blüher, Karl Alfred. *Séneca en España. Investigaciones sobre la recepción de Séneca en España desde el siglo XIII hasta el siglo XVII*. Madrid: Gredos, 1983 [1969].
- Born, Lester. “The *Specula Principis* of the Carolingian Renaissance.” *Revue Belge de Philologie et Histoire* 12 (1933): 583-612.
- Buescu, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos, 1996.
- . “Aspectos do bilinguismo Português - Castelhana na Época Moderna.” *Hispania. Revista Española de Historia* (Rafael Valladares coord.) 64.1/216 (2004): 13-38.
- . *D. João III (1502-1557)*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

- . "A pedagogia especular em Portugal no século XVI." *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural*. Lisboa: Cosmos, 2000. 67-83.
- Burke, Peter. "Il Cortigiano." Ed. Eugenio Garin. *L'Uomo del Rinascimento*. Roma: Laterza, 1988. 160-64.
- Canedo, P. Lino. "Las obras de fray Antonio de Guevara. Ensayo de un catalogo completo de sus ediciones." *Archivo Ibero-Americano. Revista de Estudios Históricos (Estudios acerca de fray Antonio de Guevara en el IV Centenario de su Muerte)* 22-23 (1946): 441-603.
- Castiglione, Baldassar. Trad. Gabriel Chappuis. [1580] Ed. Alain Pons. *Le Livre du Courtisan*. Paris: Éditions Gérard Lebovici, 1987.
- Castro, Américo. *El Pensamiento de Cervantes*. Barcelona, Madrid: Noguer, 1972.
- . "Antonio de Guevara. Un hombre y un estilo del siglo XVI." *Hacia Cervantes*. Madrid: Taurus, 1957.
- Castrojeriz, Juan Garcia de. Ed. Juan Beneyto Pérez. *Glosa Castellana al 'Regimiento de Príncipes' de Egidio Romano*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005 [1947].
- Checa Cremades, Fernando. *Carlos V y la Imagen del Héroe en el Renacimiento*. Madrid: Taurus Ediciones, 1987.
- Costes, René. *Antonio de Guevara. Son Œuvre*. Bordéus: Bibliothèque de l'École des Hautes Etudes Hispaniques, 1926.
- Deslandes, Venâncio. Ed. Artur Anselmo. *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*. Ed. facs. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- Dias, José Sebastião da Silva. *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.
- Earle, Thomas F. *Theme and Image in the Poetry of Sá de Miranda*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- Fernández Álvarez, Manuel. *Carlos V, el César y el Hombre*. Madrid: Espasa, 2003.
- . *Juana la Loca. La Cautiva de Tordesillas*. Madrid: Espasa, 2002.
- Franco Silva A., & Manuel Romero Tallafigo. "Un testimonio de la crisis de la sociedad feudal en el siglo XIV: el 'Rimado de Palacio' del P.Lopez de Ayala." *Hispania* 41 (1981): 485-513.
- Gallego, Julián. *Visión y Símbolos en la Pintura Española del Siglo de Oro*. Madrid: Aguilar, 1972.
- Garcia Peres, Domingo. *Catalogo Razonado Biográfico y Bibliográfico de los Autores Portugueses que Escribieron en Castellano*. Madrid: [s.n.], Imp. del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y Ciegos, 1890.
- Gómez Tabanera, J. M. "'La plática del villano del Danubio' de fray Antonio de Guevara, o las fuentes hispanas de la concepción europea del 'mito del buen salvaje'." *Revista Internacional de Sociología* 24 (1966): 297-316.
- Grendler, Paul. *Schooling in Renaissance Italy. Literacy and Learning, 1300-1600*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

- Grey, E. *Guevara, a Forgotten Renaissance Author*. Haia: Martinus Nijhoff, 1973.
- Guevara, António de. *Libro Llamado Relox de Príncipes enel qual va Encorporado el Muy Famoso Libro de Marco Aurelio: Auctor de vn Libro y del Otro: que es el Muy Reuerêdo Padre fray Antonio de Gueuara Predicador y Coronista de su Magestad: y Agora Nueuamête Electo en obispo de Guadix el AuctorAuisa al Lector: que Lea Primero los Prologos: si Querê Entêder los Libros*. Valladolid: Nicolás Terri, 1529 (BNP, Res. 294 A).
- . *Libro Avreo del Gran Emperador Marco Avrelio, con el Relox de Príncipes. Compvesto por el muy Reverendo, y magnifico señor Don Antonio de Guevara, Obispo de Guadix, Predicador, y Coronista del Señor Emperador Carlos Quinto*. Madrid: Merchor Sánchez, 1658.
- . *Libro Llamado Aviso de Privados, y Doctrina de Cortesanos*, publicado com o *Menosprecio de Corte e o Libro de los Inventores del Arte de Marear*. Coimbra: Manuel Dias, 1657.
- . Asunción Rallo Gruss ed. *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea. Arte de Marear (1539)*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1984.
- Harf-Lancner Laurence. "L'enfer de la cour: la cour d'Henri II Plantagenet et la Mesnie Hellequin (dans l'oeuvre de Jean de Salisbury, de Gautier Map, de Pierre de Blois et de Giraud de Barri)." Ed. P. Contamine. *L'Etat et les Aristocraties (France, Angleterre, Ecosse) XIIe-XVIIe Siècles, Actes de la table ronde organisée par le CNRS, 26-27 sept. 1986*. Paris: Presses de l'Ecole Normale Supérieure, 1989. 27-50.
- Jorge, Ricardo. "Francisco Rodrigues Lobo. Ensaio biográfico e crítico." *Revista da Universidade de Coimbra* 5 (1916): 5-51 e 385-410.
- Lecoq, Anne-Marie. *François Ier Imaginaire. Symbolique et Politique à l'Aube de la Renaissance Française*. Paris: Macula, 1987.
- Lida de Malkiel, Maria Rosa. "Fray Antonio de Guevara. Edad Media y Siglo de Oro español." *Revista de Filología Hispánica* 7 (1945): 346-88.
- Livermore, Harold B. "D. João III, Erasmo e Guevara." *Revista Portuguesa de História* 11.2 (1968): 177-88.
- Lobo, Francisco Rodrigues. Ed. Afonso Lopes Vieira. *Corte na Aldeia e Noites de Inverno [1619]*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.
- Lopes, Fernando F. "Traduções manuscritas portuguesas de Fr. António de Guevara." *Archivo Ibero-Americano. Revista de Estudios Históricos (Estudios acerca de fray Antonio de Guevara en el IV Centenário de su Muerte)* 22-23 (1946): 605-07.
- Manuscritos da Ajuda (Guia)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.
- Maravall, José Antonio. *Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII)*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- . *Carlos V y el Pensamiento Político del Renacimiento*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1960.

- . *Las Comunidades de Castilla. Una Primera Revolución Moderna*. Madrid: Revista de Occidente, 1963.
- . "Utopía y primitivismo en el pensamiento de Las Casas." *Utopía y Reformismo en la España de los Austrias*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1982. 111-206.
- Margolin, Jean-Claude, dir. *L'Avènement des Temps Modernes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.
- Márquez Villanueva, Francisco. *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea (Valladolid, 1539) y el Tema Áulico en la Obra de Fray Antonio de Guevara*, Santander: Universidad de Cantabria, 1999.
- Márquez Villanueva, Francisco, & Augustin Redondo. "Burlas y veras en fray Antonio de Guevara." Dir. Francisco Rico. Coord. Francisco López Estrada. *Historia y Crítica de la Literatura Española (Siglos de Oro: Renacimiento)*. Barcelona: Editorial Crítica, 1980. 173-81.
- Martins, José V. de Pina. "L'iconographie du livre imprimé au Portugal au temps de Dührer (1495-1535)." *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal. Les Deux Regards de Janus*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. II: 857-976.
- . *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- Matos, Luís de. "Introdução" a André Rodrigues de Évora. *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*. Ed. facs. Lisboa: Banco Pinto & Sotto Mayor no âmbito da XVIIª Exposição de Arte, Ciência e Cultura, 1983, 7-28.
- Menendez y Pelayo, Marcelino. *Orígenes de la Novela*. Vol. 2. Madrid: CSIC, 1962.
- Menendez Pidal, Ramón. "Fray Antonio de Guevara y la idea imperial de Carlos V." *Estudios acerca de Fray Antonio de Guevara en el IV Centenario de su muerte. Archivo Ibero Americano - Revista de Estudios Historicos* 6 (22-23): 1946, 331-37.
- Miranda, Francisco de Sá de. Ed. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Ed. facs. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989 [1888].
- Monçon, Francisco de. *Libro Primero dl Espeio dla Princesa Christiana*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livraria. Ms. 616.
- Morel-Fatio, Alfred. *Historiographie de Charles-Quint*. Paris: Honoré Champion, 1913.
- Pagden, Anthony. "Dispossessing the Barbarian: the Language of Spanish Thomism and the Debate over the Property Rights of the American Indians." Ed. Anthony Pagden. *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, 79-98.
- Paiva, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

- Pérez, Joseph. *La Révolution des "Comunidades" de Castille (1520-1521)*. Bordéus: Institut d'Etudes Ibériques et Ibero-Américaines de l'Université de Bordeaux, 1970.
- . *Los Comuneros*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2001.
- Piccolimini, Andrea Sylvio. *Tractado de la Miseria de los Cortesanos que escriuio el Papa Pio ante que fuesse Summo Põtifice, a vn Cavallero Amigo suyo*. Coimbra: João da Barreira, 1563.
- Pinheiro, António. Ed. Bento José de Sousa Farinha. "Trelladaçam do Panigyrico de Plinio o mais moço ditto no Senado em louuor de Trajano: em nossa vulgar lingoagem: dirigido ao mui alto, e mui poderoso Rei D.Joham o Terceiro Nosso Senhor." *Colleçam das Obras Portuguezas do Sabio bispo de Miranda e de Leyria D.Antonio Pinheiro Pregador do Senhor Rey D.Ioam III e Mestre do Principe*. Vol. 2. Lisboa: José da Silva Nazareth, 1785.
- Pontes, Maria de Lourdes Belchior. "Barroco e cancioneiros barrocos (*Fénix Renascida e Postilhão de Apolo*)." *Os Homens e os Livros. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971. 109-21.
- Rallo Gruss, Asunción. *Antonio de Guevara en su contexto renacentista*. Madrid: Cupsa Editorial, 1979.
- Redondo, Augustin. "Le monarque dans les versions italiennes de l' *Horloge des princes*: de la matière guévrienne au quatrième livre apocryphe de 1562." Eds. Jean Dufournet, Adelin Fiorato, & Augustin Redondo. *Le Pouvoir Monarchique et ses Supports Idéologiques aux XIVE-XVIIe Siècles*. Paris: Publications de la Sorbonne Nouvelle, 1990. 77-89.
- . "Du 'Beatus ille' horacien au 'mépris de la cour et éloge de la vie rustique' d'Antonio de Guevara." Ed. Agustín Redondo. *Humanisme dans les Lettres Espagnoles, XIX Colloque International d'Etudes Humanistes, Tours, 5-17 juillet 1976*. Paris: Vrin, 1979. 251-65.
- . *Antonio de Guevara (1480?-1545) et l'Espagne de son Temps. De la Carrière Officielle aux Œuvres Politico-Morales*. Genebra: Droz, 1976.
- . "Les éditions des *Ordenações Manuelinas* faites par les imprimeurs sévillans de la première moitié du XVI siècle Jacobo et Juan Cromberger." *Mélanges de la Casa de Velázquez, II*, Paris: 1966. 103-25.
- Resende, André de. Ed. & trad. John R.C. Martyn. *On Court Life*. Berne: Peter Lang, 1990.
- Rosa, Lucia Gualdo. "L' *Institutio 'del prencipe christiano'* de Mambrino Roseo de Fabriano entre Antonio de Guevara et Erasme." Ed. Jacques Chomarat. *Actes du Colloque International Erasme (Tours, 1986)*. Genebra: Droz, 1990. 307-24.
- Roseo, Mabrinio. *O Paragon de Vertudes para a Instituiçam de Todollos Principes Christãos Traduzido de Italiano Mambrinus de la Rosa em Frances*. Lisboa: Biblioteca da Ajuda. Cod. 50-V-40.

- Rubio, F. “*De Regimine Principum* de Egidio Romano en la literatura castellana de la Edad Media, siglo XV.” *La Ciudad de Dios*. 164 (1960): 32-71; 174 (1961): 645-67.
- Sá, Artur Moreira de. “III - Contribuição para o estudo de Erasmo em Portugal. Edições quinhentistas erasmianas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e Bibliotecas Públicas de Braga, Évora e Porto.” *Três Estudos sobre Erasmo*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1979. 176-87.
- . *De Re Erasmiana. Aspectos do Erasmismo na Cultura Portuguesa do século XVI*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 1977a.
- . “Contribuição para o estudo de Erasmo em Portugal: I - Edições quinhentistas erasmianas na Biblioteca Nacional de Lisboa.” *Arquivos do Centro Cultural Português* 9 (1977b): 329-416.
- Salmann, Jean-Michel. *Géopolitique du XVIe siècle 1490-1618*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- Scaglione, Aldo. *Knights at Court. Courtliness, Chivalry, & Courtesy from Ottonian Germany to the Italian Renaissance*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- Schnerr, Walter. “Two Courtiers: Castiglione and Rodrigues Lobo.” *Comparative Literature* 8.2 (1961): 38-153.
- Sears, Helen. “The Rimado de Palácio and the ‘De Regimine Principum’ Tradition of the Middle Ages.” *Hispanic Review* 20.11 (1952): 1-27.
- Sigea, Luísa. Ed. Odete Sauvage. *Duarum Virginum Colloquium de Vita Aulica et Privata/ Dialogue de Deux Jeunes Filles sur la Vie de Cour et la Vie de Retraite (1552)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- Skinner, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought, I. The Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- Smith, Pauline. *The Anti-Courtier Trend in Sixteenth Century French Literature*. Geneva: Droz, 1966.
- Torre, Felipe de la. Ed. R. W. Truman. *Institución de un Rey Christiano (Antwerp 1556)*. Exeter: University of Exeter, 1979.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de. Pref. Américo da Costa Ramalho. *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*. Ed. facs. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.
- Vásquez Cuesta, Pilar. “O bilinguismo castelhano-português na época de Camões.” *Arquivos do Centro Cultural Português*. 16 (1981): 807-27.
- . *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Edições Europa-América, 1988.
- Viterbo, Francisco de Sousa. “A litteratura hespanhola em Portugal.” *Historia e Memórias da Academia das Sciencias de Lisboa* 12 (Parte II, nº5) (1915): 151-79.

- . "A livraria real especialmente no reinado de D.Manuel." *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 9 (Parte I) (1902): 1-73.
- . *A Civilização Portuguesa e a Civilização Hespanhola. Sua Influencia Mutua.* Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1892.